

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

ATA Nº “041”

PRESIDENTE - DEPUTADO DR. LEONARDO

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Boa tarde a todos os senhores e senhoras, autoridades presentes nesta segunda-feira, dia 05 de setembro, nesta Casa de Leis, no Auditório Deputado Milton Figueiredo, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

É com grande prazer, apesar de estar frio, é um dia frio, mas o Auditório está cheio de vontade de discutir, cheio de vontade de resolver. Eu fico muito feliz e satisfeito de ter saído do meu Município pela manhã, chegar aqui e encontrar os senhores e as senhoras, uma plateia com mais senhoras, mas encontrá-los nesta segunda-feira, na Capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá.

Então, é com muita felicidade e com muito orgulho, invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, que declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pela minha pessoa, Deputado Dr. Leonardo, Presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, com o objetivo de discutir a Política Nacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, repercussões e consequências econômicas e políticas que poderão atingir a população do Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades: Exmº Sr. José Rodrigues Rocha Júnior, Secretário Municipal de Assistência Social, neste ato representando Mauro Mendes, Prefeito Municipal de Cuiabá; Exmº Sr. Valdiney Antônio de Arruda, Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social; Sr.ª Marilê Cordeiro Ferreira, Secretária Adjunta de Assistência Social da SETAS; Sr.ª Patrícia de Araújo Campos, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico do Município de Cuiabá; Sr. Antônio Figueiredo Neto, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; Sr.ª Andréia Maria Cruz Oliveira Amorim, Presidente em exercício do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de Mato Grosso; a Exmª Sr.ª Deputada Janaina Riva, que já está na mesa; convido a Sr.ª Thérèse Silva, gestora do Município de Diamantino, que neste ato está representando a Presidente do Colegiado Estadual e Gestora de Assistência Social, Kelly Paniago; convido também a Sr.ª Patrícia da Silva Araújo, Presidente da Associação de Assistentes Sociais do Município de Cáceres, representando os Secretários. Nós gostaríamos que todos os Secretários estivessem aqui, mas a Sr.ª Patrícia da Silva Araújo, que é a Presidente da Associação de Assistentes Sociais do Município de Cáceres, representa os nossos municípios, o nosso interior. (PALMAS)

(O SR. DEPUTADO DR. LEONARDO DIALOGA FORA DO MICROFONE COM PARTICIPANTE DA PLATEIA - INÁUDIVEL)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Eu quero agradecer a todos os municípios que aqui estão. Eu gostaria de ter mais espaço, porque todos vocês mereciam estar do lado de cá, mas estão todos bem representados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

E quero agradecer também vários municípios que aqui estão e se tiver algum município que não estiver aqui, me perdoem, que nós vamos anunciando durante os trabalhos. Estão aqui secretários, secretárias, gestores municipais e assistentes sociais dos seguintes Municípios, que até então nos trouxeram: Curvelândia, Salto do Céu, São José do Rio Claro, Cáceres, Campinápolis, Araguaína, Claudia, Campos de Júlio, Primavera do Leste, Comodoro, Tangará da Serra, Poxoréu, Conquista D'Oeste, Cuiabá, Itanhangá, Barão de Melgaço e Guiratinga. Esses são os que estavam aqui, se tiver faltando algum...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. DEPUTADO DR. LEONARDO FORA DO MICROFONE - INÁUDIVEL.)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Rondonópolis! Foi falado...(RISOS)... Isso! Cáceres foi falado também....Se alguém de outro município chegar nós vamos falar, tá?

Quero agradecer também ao Sr. Natalício Menezes, Superintendente de Transferência de Renda da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS; o Sr. Luiz Gonzaga Nascimento, Presidente das Obras Sociais Anália Franco, do Município de Cuiabá; a presença dos psicólogos do Município de Primavera do Leste, de Itanhangá, e de todos nossos companheiros psicólogos que estão aqui também; dos servidores da SETAS, dos acadêmicos do curso de Assistência Social da UNOPAR, obrigado por estarem aqui; a presença dos assistentes sociais da Central Única do Bolsa Família de Rondonópolis.

Senhores e senhoras, composta esta mesa e com muita alegria, eu convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Senhoras e senhores, sabemos da nossa Audiência Pública e digo a felicidade da Assembleia Legislativa, eu este ano estou presidindo a Comissão Permanente que existe nesta Casa... E como médico de profissão, estou na função de Deputado Estadual neste momento, mas, como médico de profissão, eu digo a minha felicidade e o entendimento realmente da assistência social.

Eu tive a oportunidade de trabalhar no Hospital Regional de Cáceres, principalmente no hospital público estadual, no qual trabalhamos muito junto com essa equipe. Agradeço muito aos assistentes sociais, que eram todas mulheres, não tinha nenhum homem, apesar de que eu conheço... E nós fizemos um trabalho belíssimo.

Então, agradeço muito aos meus queridos amigos e amigas assistentes sociais, que me auxiliaram muito, eu pude compreender, porque é muito parecido o SUS com SUAS, há muitas semelhanças, principalmente naquilo que diz do acolhimento, da prevenção. Às vezes, ainda, infelizmente alguns políticos, principalmente gestores, não conseguiram compreender na sua totalidade. E vemos ainda alguns temas que estão patinando, apesar de serem garantidos por lei, carga horária, uma efetividade da implantação do sistema, ainda se discutindo algo que deveria estar acontecendo.

E sei também das dificuldades que os municípios têm. Há vários secretários, secretárias aqui, e sei do que vocês passam como gestores públicos municipais, o quanto que ficou pesado para os municípios, apesar de que o Estado aumentou o repasse, está fazendo um trabalho bonito o Secretário Valdinei, mas ainda sabemos que o Governo Federal faz uma carga muito grande aos municípios.

Então, o pacto federativo é um tema que precisamos voltar a discutir. As pessoas moram nos municípios, e ficou para os municípios uma carga grande de investimentos. E se faz o que é possível e o impossível para se garantir a integralidade dos programas para que aconteçam, e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

estão acontecendo. Os municípios nas suas economias, estão tentando mudar o tempo de funcionamento, enfim, fazendo uma matemática para garantir toda a integralidade dos programas.

Isso nós trouxemos também, uma discussão neste momento, faz parte da nossa discussão.

Conversei ontem com o Senador José Medeiros, estivemos juntos, para o entendimento do programa federal Criança Feliz, se não me engano, porque todo o investimento seria feito nesse programa. Agora, é um debate que acontece nos Estados Unidos há muito tempo, eu tentei conseguir...

Eu sou após graduado em psiquiatria, consegui no final do ano passado fazer um texto, um tema para Harvard, e me aceitaram para fazer um período de treinamento no curso para esse tema específico. Mas foi bem na virada do dólar, o dólar ficou muito caro e todo o ensino superior nos Estados Unidos é pago, desde que você não seja atleta, se for atleta, tudo bem. Eu iria fazer esse curso em Harvard, agora no começo do ano, mas com a troca do dólar, ficou meio puxado estar lá nesse período, e acabei não indo. Por coincidência, é um programa que tem essa ideia americana na área de psiquiatria. É interessante isso, mas nós não poderíamos sacrificar todos os programas por conta de um, e logo no final do ano, quando sabemos que, agora em setembro, o dinheiro federal não dá sinal de vir mais. E aí o que o Estado vai fazer? O que os municípios vão fazer? Nós estamos aqui para ter esse entendimento, essa discussão.

Eu cobrei, após os entendimentos aqui, levarmos ao Legislativo Federal, tanto à Câmara dos Deputados quanto ao Senado Federal, para aprofundarmos as discussões. Nós sabemos que é um programa que o Michel Temer não abre mão, quer apostar todas as fichas e colocar outras funções dentro, modificações, que nós vamos debater, e os senhores e senhoras sabem bem, daí a nossa preocupação.

Eu não poderia ser Presidente de uma Comissão e não trazer essa discussão para cá, eu acho que é dar uma nova cara, uma nova dinâmica na Comissão de Saúde Trabalho, Previdência e Assistência Social, trazer uma nova dinâmica para essa Comissão. E que ela seja realmente efetiva, que se aproxime da Secretaria dos 141 municípios, temos um canal de comunicação permanente direto na Assembleia Legislativa, porque lá é uma comissão que já existe, é permanente, e muitas vezes, os senhores não têm conhecimento, não têm participação.

O José Rodrigues participa bastante conosco aqui, até pela a proximidade, porque está na capital, mas ele sempre está lá, conversando conosco, sempre está participando, queremos abrir esse canal para todos os municípios estarem presentes conosco.

Então, estou aqui para intermediar. Neste momento, vamos abrir as falas, vamos conversar e vamos tirar os encaminhamentos no final. Eu já comecei o contato com um Senador, os outros dois que nós temos, são três, mas pelo menos um já garantiu que levará nossos entendimentos nesta data de hoje ao Governo Federal.

Por inscrição da mesa, eu acho que a maioria tem uma apresentação para fazer. Mas o Secretário José Rodrigues Rocha Júnior quer falar e, possivelmente, ele tem um compromisso. Vamos abrir a palavra para o Secretário José Rodrigues Rocha Júnior, Secretário Municipal de Assistência Social, que neste ato representa o Exm^o Sr. Prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes. Logo após, nós faremos uma apresentação da SETAS para todos os senhores e as senhoras. Por favor...

O SR. JOSÉ RODRIGUES ROCHA JÚNIOR - Boa tarde, senhores e senhoras. Sejam todos bem-vindos, bem-vindas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Eu quero agradecer ao Deputado Dr. Leonardo, Presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social desta Casa, pela convocação desta Audiência Pública. Nós, enquanto gestores municipais, já estivemos por algumas oportunidades nas reuniões da Comissão das quais fazem parte, inclusive, os Deputados que estão nesta legislatura, que são ex-prefeitos do Estado de Mato Grosso, o Deputado Max Russi, o Deputado Wilson Santos, que compreendem bastante das dificuldades que nós temos nas gestões municipais.

Então, em nome do Deputado Dr. Leonardo, eu quero agradecer a todos os Deputados que compõe esta Comissão.

Eu quero agradecer também a presença da Deputada Janaina Riva nesta Audiência Pública. Muito obrigada, Deputada! Sua presença nos honra; sua presença, em um momento em que estamos vivendo eleições municipais no Estado inteiro, e que os Deputados estão envolvidos nesse processo, demonstra o seu compromisso com essa importante política pública para o Estado de Mato Grosso. Muito obrigado pela presença de Vossa Excelência aqui.

Inicialmente, quero cumprimentar os nossos gestores municipais de assistência social, os nossos conselheiros, todo o público presente, em nome da Thérèse Silva, que aqui representa o COEGEMAS de Mato Grosso, nosso Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social.

Cumprimento o Exm^o Sr. Secretário Valdiney Antônio de Arruda, as autoridades todas que compõem este dispositivo e os representantes também da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.

Eu procurarei ser bastante breve e objetivo. Eu tinha razões para ocupar a tarde inteira dos senhores aqui nesta tribuna.

Ações e compromissos no âmbito da assistência social não faltam para serem mencionados aqui, Deputado Dr. Leonardo. As pessoas que estão hoje, neste auditório, demonstram o seu compromisso e a sua responsabilidade com a política de assistência social do Estado de Mato Grosso, pois em um momento em que nós estamos vivenciando eleições municipais, saíram dos seus municípios para estarem aqui. A minha salva de palmas para vocês.

Parabéns! (PALMAS)

Eu tentarei fazer um cenário nacional, um cenário estadual e demonstrar um pouco do que temos vivenciado em âmbito local.

Em âmbito nacional, eu tive a oportunidade de presidir o CONGEMAS, que é o Colegiado que reúne os gestores de assistência social dos 5.570 municípios brasileiros. E há mais de dois nós temos tido muita dificuldade no cumprimento das obrigações por parte do Governo Federal com os municípios do país, especialmente, do cumprimento do cofinanciamento da política de assistência social para os municípios.

E, Deputado, na sua fala, Vossa Excelência traz para nós a criação de mais um programa no âmbito federal que vai demandar mais investimentos. Isso nos preocupa muito, porque o que acontece na nossa realidade local é que nós temos tido a dificuldade do Governo Federal em cumprir suas funções, e inventando mais demandas para os municípios brasileiros. Nós não queremos isso!

Nós queremos que o Governo Federal cumpra o seu papel. Nós temos uma política pública estabelecida por lei federal neste país, que tem fundamento constitucional. Então, se não temos condições de pagar a conta de luz da nossa casa, como vamos comprar uma geladeira nova? Não vai, não é!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Primeiro, é preciso pagar a conta de energia, e é isso que o Governo Federal não tem feito, não tem cumprido suas obrigações com os seus municípios. Então, não tem por que inventar um programa novo para colocar para que os municípios administrem se não estamos dando conta de administrar a estrutura existente.

Além disso, o Deputado Osmar Terra, Deputada Janaina Riva, que é do seu Partido, disse em várias oportunidades em que esteve conosco, gestores municipais, que o orçamento do Ministério de Desenvolvimento Social e agora Agrário, que infundiu competências e ainda incluiu a competência do INSS dentro dessa estrutura no âmbito nacional, não teria sequer orçamento para cumprir as obrigações com os municípios da Nação. Isso nos preocupa mais ainda, porque estamos em um ano em temos que concluir as nossas atividades na gestão municipal, encerrar a administração municipal, observando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não nos permite deixar restos a pagar ou dívidas para o exercício seguinte.

É necessário que tenhamos um movimento, Deputado. Eu fiquei feliz na sua fala que abriu esta Audiência Pública, em dizer que já está dialogando com o Senador José Medeiros na direção de que tenhamos um empenho da nossa Bancada Federal na direção de dialogar em âmbito nacional com o Ministério e com o próprio Presidente Michel Temer para que possamos conseguir garantir o mínimo do cumprimento das obrigações por parte do Governo Federal com os municípios. Nós temos hoje uma estrutura superdimensionada, se nós compararmos os investimentos que temos realizados pelos entes federados. Ou seja, o que nós temos hoje é uma estrutura que custa muito mais do que temos conseguido investir nela.

Portanto, as nossas estruturas acabam sucateando, nós não temos a quantidade de servidores necessários para atender as nossas demandas, a qualidade do nosso serviço fica comprometida. Nós não estamos falando de uma política pública menor aqui. Nós estamos falando de uma política pública que atende a metade dos brasileiros desta Nação. Nós estamos falando de cem milhões de pessoas, não são dez, nem vinte, portanto é necessário que tratemos esse assunto com seriedade. Eu gostaria de deixar muito claro nesta tribuna o meu compromisso como assistente social, Deputado, eu que estou de férias, desde o dia primeiro, mas eu fiz questão de estar aqui com vocês, porque esta é uma política pública que eu amo muito e que eu tenho me empenhado há mais de uma década para que possamos evoluir neste País.

E precisamos, Deputado, do empenho, na direção de fazer com que consigamos avançar nesse processo. As regulamentações estão feitas, as competências estão estabelecidas e ainda temos a falta de compreensão da sociedade do que é que estamos falando.

Quando eu fui entrevistado, agora há pouco, pela imprensa, me pediram para distinguir assistencialismo de assistência social, porque nós ainda temos uma compreensão social equivocada do que estamos falando, quando dizemos ser necessário investir nas políticas de assistência social. Algumas pessoas acreditam que queremos ter um número maior de cesta básica para colocar no fundo do carro e sair distribuindo na cidade. E não tratamos disso, estamos tratando de emancipar as pessoas e dar a elas dignidade, tratá-las como cidadãos, e que elas consigam ter acesso aos direitos que a Constituição e a Legislação deste País garantem a cada uma e a cada um delas.

É necessário que trabalhem também nessa direção, e a Assembleia Legislativa poderia nos ajudar bastante através dos seus veículos de comunicação, Deputada Janaina Riva, na direção de fazer com que esses veículos possam dar à nossa sociedade a dimensão do que é a política de assistência social, do que estamos falando: do atendimento à mulher vítima de violência, à criança abusada sexualmente, aos idosos negligenciados, às pessoas com deficiência, à população de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

rua, que, infelizmente, de ontem para hoje, tivemos uma pessoa que morreu de frio na praça pública aqui em Cuiabá, apesar dos esforços da Secretaria de Assistência Social. Temos realizado atividades diárias de abordagem à população de rua da cidade e o que encontramos, muitas vezes, é a recusa dessa população em aceitar as ofertas de vagas nas unidades de acolhimento, e nós não temos como obrigá-los a ir para lá.

Infelizmente, o número da população de rua tem aumentado significativamente na nossa cidade. Quem anda pela cidade vai observar isso com muita facilidade.

Então, primeiro é necessário compreendermos esse cenário nacional. Essa é a nossa preocupação e peço a ajuda de vocês para que façamos essas intervenções no âmbito do Governo Federal para que tenhamos, no mínimo, o cumprimento das obrigações que estão estabelecidas.

Depois, indo para o cenário estadual, eu quero deixar um registro do meu reconhecimento ao trabalho do Secretário Valdiney de Arruda e da Marilê, que têm se empenhado muito para que a Secretaria de Estado possa avançar, e tem cumprido os compromissos que tem feito no âmbito da CIB, inclusive o cofinanciamento da política com os municípios do Estado de Mato Grosso.

Porém, nós temos várias resoluções, que inclusive chegaram ao conhecimento desta Casa e do Conselho Estadual de Assistência Social, que precisam ser implementadas, e hoje, o orçamento que nós temos construído para a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social não permite que ela cumpra essas decisões que o Conselho tomou. Falo também como Conselheiro Estadual - quero saudar meus colegas que estão aqui na presença do nosso Presidente Antônio Figueiredo Neto, que está compondo a mesa com os senhores.

O Conselho, há vários anos, tem deliberado na direção de aprimorar a política de assistência, de fazer com que nós substituamos os equipamentos locados por equipamentos permanentes, com que façamos a adequação física nas nossas estruturas, cumprindo a legislação do SUAS, inclusive com relação à acessibilidade nos CRAS, nos CREAS, nas Unidades de Acolhimento, isto tem um custo, que nós estimamos... Para que a Secretaria consiga cumprir o seu papel com os Municípios, hoje, a necessidade de investimento estadual seria na ordem de 40 milhões de reais, para além do que a SETAS já possui.

Então, Deputado Dr. Leonardo, Deputada Janaina Riva, quando assistimos na imprensa ou lemos divulgação nos veículos de comunicação de que esta Assembleia Legislativa está discutindo investimento na direção de fazer creche, escola, estacionamento, que há 60 milhões de reais em caixa e não sabem o que fazer com ele, nós sabemos: coloquem na assistência social e vamos atender os pobres vulneráveis do Estado de Mato Grosso, que estão precisando muito. (PALMAS)

Nós gostaríamos muito do empenho das senhoras e dos senhores nessa direção, nós estamos sofrendo bastante. A crise econômica fez com que houvesse um aumento de demanda nos Municípios, a população pobre e desempregada está na porta da Assistência Social todos os dias. Nós estamos vendo a necessidade de reduzir a carga horária, de fechar equipamentos, a nossa perna não dá conta de atender a demanda que temos.

A nossa realidade é muito triste. Lidar com a fome, com as violações de direitos, com as necessidades básicas de subsistência dos seres humanos é muito difícil, e essa é a nossa realidade diária. É com isso que convivemos todos os dias. Nós precisamos ter o mínimo de condições para reagir, para dar ao nosso povo um pouco do que eles merecem, porque tudo nós não conseguiremos dar, porque nenhuma política pública consegue fazer. Mas a assistência social tem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

um impacto na nossa sociedade extremamente significativo, inclusive, de redução da violência, que é o que temos visto aumentar, diariamente, pelos veículos de imprensa.

Então, Deputados, o cenário, no âmbito estadual, é de solicitar ajuda aos senhores. Nós elaboraremos agora o orçamento para o exercício de 2017, os senhores têm um papel extremamente significativo e podem nos auxiliar muito na direção de dar ao Secretário Valdiney Antônio de Arruda e à Sr.^a Marilê Cordeiro Ferreira as condições para o atendimento das demandas dos Municípios, há muita coisa que nós queremos fazer, mas não conseguimos fazer.

Nós também somos gestores e nós compreendemos isso, não falta no Valdiney e na Marilê nem um pouco de boa vontade e interesse em relação ao atendimento das nossas demandas, o que falta é conseguirmos ter, por parte da construção orçamentária, o que tem sido feito no Estado de Mato Grosso, de fato, a previsão necessária para o atendimento das demandas que nós temos no Estado de Mato Grosso.

E aí, para concluir a minha fala, no cenário local, aqui de Cuiabá, que é onde deságuam por várias vezes as demandas do interior de Mato Grosso, pessoas desempregadas, enfim, que necessitam de acolhimento, que acabam vindo para o nosso Município à procura de atendimento no âmbito da assistência social... Nós tínhamos aqui, em Cuiabá, em 2013, 54.000 famílias cadastradas no cadastro único dos programas sociais. Esse foi o cenário que nós encontramos no início da gestão do Prefeito Mauro Mendes. Hoje, nós temos mais de 76.000, estou falando de 300.000 pessoas de Cuiabá cadastradas nos nossos programas sociais. Se elas estão cadastradas lá, é porque elas têm renda que variam entre 0 e 3 salários mínimos, renda familiar. Nós estamos falando de um universo extremamente significativo. Nós tínhamos 59 unidades aqui na cidade, e hoje nós temos 78 unidades de assistência social em Cuiabá. Inauguramos várias unidades para expandir o atendimento.

Nós tínhamos 1.200 funcionários em janeiro de 2013, hoje nós temos menos de 800. Nós estamos fazendo mais com menos. Estamos tirando leite de pedra para poder continuar atendendo a população pobre e vulnerável. Mas já fomos obrigados a mudar o horário de funcionamento de unidade, já fomos obrigados a fazer redução de despesas na área meio e uma série de ajustes que têm causado, de verdade, impacto na vida das pessoas, o que nós não gostaríamos de fazer. Mas, como gestores responsáveis, nós somos obrigados a tomar as medidas para adequarmos à realidade financeira que nós temos.

Hoje, nós estamos com 01 milhão e 500 mil reais de atraso de repasses do Governo Federal e estamos fazendo uma proposta ao Conselho Estadual, Deputados, e aí também gostaria de pedir o auxílio dos senhores nessa dimensão. É uma proposta que, na verdade, não causa impacto de ampliação de orçamento e nem de despesas para o Governo do Estado de Mato Grosso. Essa proposta do COEGEMAS foi apresentada ao Conselho Estadual de Assistência Social e foi aprovada. É na dimensão de fazer com que os Municípios, no âmbito da assistência social, tenham a maior capacidade de investimento, Deputada Janaina Riva.

Existe aqui, no Estado de Mato Grosso, uma legislação, que foi capitaneada pelo seu pai, enquanto Deputado desta Casa, que criou o Fundo Estadual da Pobreza, aumentando o ICMS de armamento, de cigarro, de bebida alcoólica e uma série de outras coisas supérfluas para que nós pudéssemos fazer o atendimento da população pobre e vulnerável de Mato Grosso. Esse fundo hoje deve estar arrecadando, por ano, 280 milhões de reais, é um número extremamente significativo, quando nós observamos que, de fato, tem conseguido investir na política de assistência social e, certamente, a Marilê apresentará isso para vocês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

O que nós estamos propondo é o seguinte: semelhante a esse fundo, nós temos um outro, que é gerido pela Assistência Social nos Municípios, que nós denominamos Fundo Partilhado de Investimentos Sociais. Como é que acontece isso? Aqui, em âmbito estadual, nós temos parte do ICMS, que é arrecadado, que é contabilizado de maneira diferenciada, e é repassado para os Municípios o percentual que lhes cabem de 25% para os Fundos Municipais de Investimento Social. E esse dinheiro nós utilizamos para melhorar a nossa rede, para comprar alguns equipamentos, para poder melhor gerir a política em âmbito local. E o que nós queremos é que no Fundo da Pobreza aconteça a mesma coisa.

Hoje, a arrecadação no Estado do Fundo da Pobreza e o repasse desse recurso para os Municípios são feitos juntamente com o repasse geral do FPM. Então, na contabilidade geral da Secretaria de Fazenda, o dinheiro vai junto para que os prefeitos administrem. O que nós queremos é que os Municípios tenham os seus fundos municipais da pobreza, e que esse recurso arrecadado seja destinado para os fundos municipais, para que tenhamos uma melhor capacidade de gestão em âmbito local e mais dinheiro, lógico, para investir exclusivamente na área da assistência social.

Quero deixar aqui um questionamento, eu gostaria que tanto o Deputado Dr. Leonardo quanto a Deputada Janaina Riva verificassem, com o Governo do Estado de Mato Grosso, qual a destinação que tem sido dada para o dinheiro do Fundo da Pobreza. O Fundo foi criado com o objetivo específico de fazer atendimento à população pobre, vulnerável, de enfrentar e superar a extrema pobreza no Estado de Mato Grosso. Esse Fundo arrecada 280 milhões de reais por ano, está no orçamento do Governo do Estado, com a fonte, que eu não me lembro do nome agora, salvo engano, 108.

É necessário verificarmos se, de fato, os investimentos que estão sendo feitos pelo Governo do Estado estão nessa direção. Se, de fato, os recursos estão sendo investidos de acordo com o que prevê a legislação, porque nós acreditamos que com parte desse recurso seria muito melhor para nós conseguirmos gerir a política de assistência social no âmbito do Estado de Mato Grosso e de ampliar o cofinanciamento feito pela SETAS para os Municípios, não é, Aguinaldo?

Eu darei a dimensão para vocês do que isso significa hoje na nossa realidade aqui em Cuiabá. Com muito esforço da Marilê e do Valdiney, nós tivemos a ampliação do cofinanciamento estadual, que é maior do que era quando eles assumiram a gestão da política de assistência social na SETAS. Mas, nós temos um cofinanciamento do Estado aqui em Cuiabá que tem a dimensão, salvo engano, de 350 mil reais por ano, o que significa para nós objetivamente o seguinte: nós temos 78 unidades de assistência social, 14 delas são CRAS. Um CRAS para funcionar em Cuiabá custa 700 mil reais por ano.

Então, significa dizer que o cofinanciamento estadual que nós recebemos em Cuiabá não mantém uma unidade de CRAS meio ano, é isso que significa para nós, de maneira bem objetiva. Portanto, é necessário muito mais investimento por parte do Governo do Estado e essa realidade é a mesma no âmbito dos Municípios, o nosso cofinanciamento é pactuado na Comissão de Intergestores Bipartite.

Nós precisamos de um cenário diferente para o exercício vindouro. Nós nem sabemos se estaremos ou não na gestão dos Municípios no ano que vem. Mas, o nosso compromisso com essa política é muito maior e o que nós queremos é melhorar a condição de atendimento à população pobre e vulnerável do Estado de Mato Grosso.

Concluo a minha fala, tendo a certeza e a convicção do compromisso do Deputado Dr. Leonardo e da Deputada Janaina Riva como nossos parceiros daqui para frente para que consigamos ter um dia muito melhor amanhã, se Deus quiser.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Muito obrigado, e boa tarde a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradecemos ao Secretário José Rodrigues Rocha Júnior.

Antes da apresentação, quebrando o protocolo, passo a palavra para a Exm^a Sr.^a Deputada Janaína Riva, que também tem outro compromisso, ela preside a Comissão de Direitos Humanos e tem um compromisso no Fórum, por favor, Deputada.

A SR^a JANAINA RIVA - Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar todos os presentes, especialmente, em nome do Secretário Valdiney; do meu querido colega e Presidente, Deputado Dr. Leonardo; também o Secretário José Rodrigues, que me convidou e insistiu pela minha presença nesta Audiência Pública.

Sinceramente, quero dizer para vocês que eu acredito que as pessoas que, de fato, precisariam ouvir o que sairá desta Audiência Pública, que precisariam ser sensibilizadas com a causa, não estão aqui hoje. Eu tenho certeza de que os que estão aqui já têm noção da importância do assunto, da responsabilidade que é estar à frente da assistência social.

Em minha opinião, o Secretário Valdiney é um dos secretários, se não for o único que eu tenho uma relação mais estreita dentro do Governo do Estado... É porque nós pensamos no mesmo sentido. Então, tudo o que foi dito pelo Secretário José Rodrigues, tenho certeza de que, se não for unanimidade, é a opinião de 90% de quem está dentro desta sala.

É a opinião, Secretário José Rodrigues, que tenho em relação ao Estado de Mato Grosso. A minha preocupação com os investimentos sem que nós façamos o nosso dever de casa, sem cumprir com aquilo que é constitucional, obrigatório e de direito. Então, esta é uma preocupação que, aqui dentro desta Casa, tenho defendido todos os dias, que não falte aquilo que é mínimo e aquilo que é essencial.

Nós não podemos pensar em mais nada antes de sanarmos, antes de fecharmos essa ferida. Hoje, não só dentro de Mato Grosso, mas em nível de Brasil, nós estamos enxugando gelo! Essa é a grande verdade. Enxugar gelo, uma hora ele derrete por inteiro!

Os Estados Unidos, Secretário José Rodrigues, tiveram um colapso econômico e eles demoraram sete anos para voltar a fazer investimento.

O que está faltando, em minha opinião, dentro do Estado de Mato Grosso - falando como Parlamentar do Estado, e não em nível federal, porque já englobaríamos uma reunião muito maior, aqui estamos todos legitimados a falar em nome do Estado e Municípios -, é um diálogo maior, sim, entre as partes interessadas, para que haja um pacto com relação a Estado, Municípios e Governo Federal.

É nítido que os atrasos estão causando prejuízos, que, daqui a pouco, serão irreparáveis, porque não vamos ter mais condições de resgatar, não só aqui falando de assistência social, mas falando em todos os sentidos, de todos os órgãos, instituições e poderes do nosso Estado.

Que é um absurdo a Assembleia Legislativa gastar 60 milhões na construção de um novo prédio, na situação atual do Estado de Mato Grosso, eu não tenho dúvida nenhuma. É um absurdo! É um absurdo! Agora, precisamos fazer chegar a mensagem do que está se passando aqui hoje, da nossa conversa aqui hoje, colega Deputado Dr. Leonardo, a todo o Estado de Mato Grosso.

Inclusive, quero pedir a Vossa Excelência - apesar de eu ter que sair, como eu disse, sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e eu vou acompanhar uma audiência no fórum de uma mulher que foi violentada na Capital e passou dois dias em coma, isso causou grande repercussão, vou estar presente como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, às 15h30min - que seja enviado um DVD desta Audiência Pública a cada gabinete dos Deputados. Nós precisamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

de uma cópia do que for dito, do que for encaminhado nesta reunião para todos os colegas Deputados, porque é de verdade, parece que nós estamos vivendo em outro mundo dentro da Assembleia Legislativa, quando se ouve falar em construção de um prédio de 60 milhões! Eu falava, há pouco, para o Secretário Valdiney Arruda da preocupação que tenho com este Estado que tem um Fundo de Pobreza que fica 100% gasto com folha de pagamento, sendo que dentro dessa porcentagem têm os 12% que seriam das APAEs e Pestalozzis, unidades que cuidam de pessoas com deficiência. Quer dizer, é um problemão que está ficando cada vez maior e ninguém acha uma resolução para isso.

Então, é uma preocupação nossa dentro da Assembleia Legislativa. Acho que o José Rodrigues, tudo o que ele falou deve ter o meu comprometimento e o seu, de que vamos encaminhar isso aos nossos colegas e passar essa mensagem a todos eles. Agora, é como eu disse, é necessário que haja realmente uma somatória de esforços aqui dentro para que essa mensagem chegue aos nossos colegas e para que chegue, Secretário Valdiney Arruda, ao Governador Pedro Taques, que eu sei também que tem noção do que se passa dentro do Estado de Mato Grosso. Mas não dá mais para ficarmos de mãos atadas!

Se é do interesse do Governo, se é do interesse dos Deputados resolver, pelo menos, os problemas de Mato Grosso, por que não sentamos e resolvemos?

Tenho certeza de que uma Assembleia Legislativa, Deputado Dr. Leonardo, cuja maioria dos Deputados é da Base do Governo, não construirá um prédio de 60 milhões de reais sem o aval do Governo do Estado. Então, está faltando comunicação! Acho que temos que unir esforços nesse sentido.

Se as pessoas tivessem noção da importância do trabalho da assistência social, da relevância que ela tem na diminuição de gastos com a saúde e com a segurança pública, só o que isso economizaria, podem ter certeza de que o Governo investiria o triplo, o quádruplo, o quádruplo do que investe em assistência social.

Aqui estão presentes pessoas que estão dentro das casas, que acompanham os usuários de drogas, que acompanham os pais que têm problemas, que acompanham os idosos, que acompanham crianças que têm problemas de abuso sexual infantil, que acompanham as famílias que têm esse problema... Então, é uma forma de rastreamos, de podermos ter controle da situação do Estado como um todo, e é um trabalho que o Sr. José Rodrigues Rocha Júnior faz com perfeição em Cuiabá. Não é à toa que ele é referência em nível de Brasil. Ele falou com toda a propriedade dentro desta Casa e fica aqui o nosso compromisso, Sr. José Rodrigues Rocha Júnior e Secretário Valdiney Arruda, em contribuir. Eu e o Deputado Dr. Leonardo somos apenas Deputados Estaduais deste Estado, mas sabemos que juntos, dentro desta Casa, na defesa desse tema que tem tanta relevância, podemos fazer muito barulho.

Estamos aguardando a chegada de uma reforma político-administrativa para este Estado, que tem que vir nesse sentido, Secretário Valdiney Arruda. Vossa Excelência pode levar essa mensagem ao Governador: precisamos enxugar a máquina do Governo do Estado e cumprir com as nossas obrigações com os Municípios. Se nós, que temos mais recursos do que os Municípios, estamos com dificuldades, imaginem os municípios! Se o Governo Federal está atrasando o repasse, imaginem como fica a situação do irmão pobre, que é o Município.

Era com isso que eu gostaria de contribuir. Agradeço a todos vocês. Vou me retirar logo depois desta fala, mas depois vou assistir na minha casa e acompanhar o que será dito por cada um de vocês. Era isso.

Muito obrigada. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

O SR. JOSÉ RODRIGUES ROCHA JÚNIOR - Muito obrigado pela oportunidade, Deputado Dr. Leonardo, e demais que compõem a mesa.

Quero pedir licença a vocês, porque eu marquei um médico para me consultar também agora à tarde. Quero convidar a nossa Diretora de Gestão, Cristiane Almeida, da Prefeitura de Cuiabá, para me substituir à mesa.

Muito obrigado pela presença de todos vocês e até breve, se Deus quiser.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradecemos às falas dos nossos companheiros que nos antecederam. Obrigado e boa audiência no fórum, Deputada.

Convido neste momento para as apresentações, os ilustríssimos palestrantes desta tarde, que disporão de 10 a 15 minutos para as suas explanações, conforme o Regimento Interno desta Casa.

Primeiramente, eu gostaria de convidar a Sr.^a Marilê Cordeiro Ferreira, Secretária Adjunta de Assistência Social - SETAS, para fazer a sua apresentação, por gentileza.

A SR.^a MARILÊ CORDEIRO FERREIRA - Boa tarde, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar o dispositivo, em nome do Deputado Dr. Leonardo, e dizer a minha satisfação de estar presente. Conversei antes com o Deputado sobre a minha alegria, enquanto profissional formada em serviço social, enquanto assistente social, em saber que Assembleia Legislativa também está preocupada em começar a fazer uma discussão da política de assistência social.

Eu também fui abordada, como o Secretário José Rodrigues, com a pergunta: qual é a diferença de assistência social e assistencialismo? É doído, principalmente para as pessoas formadas em serviço social, para os gestores e trabalhadores, saber que ainda há muita dificuldade em entender o que é a política nacional de assistência social e, mais difícil ainda, em entender o que é o SUAS. Hoje, vamos debater sobre o Sistema Único de Assistência Social.

Gostaria que alguém me ajudasse a abrir a minha apresentação.

Mais difícil ainda é trazer alguns conceitos básicos da assistência social, enquanto política de direito, que não é favorzinho para ninguém, que não é assistência social, e que isso se estenda também à Câmara dos Vereadores.

Constantemente, os gestores que estão presentes, vários gestores... Quero cumprimentar em nome da Thérèse todos os gestores de assistência social do Estado de Mato Grosso; e quero cumprimentar alguns servidores que fazem um trabalho importante, imprescindível, dentro dos municípios, em nome da Indianara, do Município de Primavera do Leste.

Quero dizer a satisfação que é, hoje, estar aqui para fazer essa discussão tão importante para a assistência social, num momento de transição, de fusão do ministério, num momento de crise econômica e num momento em que as demandas da assistência social aumentam mais. Até com o tempo, as demandas da assistência social aumentam. Por exemplo, com esse friozinho aqui, nos municípios, tenho certeza de que cada um dos gestores está fazendo um trabalho intensivo para arrecadar agasalhos à população que está em situação de vulnerabilidade social.

Eu pedi para falar um pouquinho antes, Deputado Dr. Leonardo, para apresentar alguns dados da Assistência Social do Estado de Mato Grosso, que poderão nos auxiliar nas nossas discussões.

O primeiro é que o SUAS é um sistema de gestão de política nacional de assistência social e tem como finalidade afiançar a segurança econômica, a proteção social a todas as pessoas e famílias que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Então, o SUAS é um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

sistema que nasce dentro da política de assistência social. Hoje, pontualmente, vamos fazer a discussão de como está o SUAS no Estado de Mato Grosso.

Temos um gráfico aqui da evolução:

Famílias que estão no CadÚnico: na cor azul, com levantamento desde 2006 até 2015. Isso vem aumentando de forma contínua; em 2014, decresce um pouquinho; e estamos hoje com uma população no Estado de Mato Grosso com mais de 491 mil famílias que estão no CadÚnico.

Dessas famílias, temos, nesse gráfico, ali embaixo, na cor vermelha, uma evolução do Programa Bolsa Família. Quando chega ao período de 2003, vai elevando, elevando e, depois de 2013, dá uma caída.

E, por último, tem um gráfico ali em cima, que vai nos ajudar a entender todo esse cenário. Nos 10 anos do SUAS, houve muita demanda na questão de trabalho. O Estado de Mato Grosso é um Estado muito rico. Com isso, muitos trabalhadores começaram a migrar para o Estado de Mato Grosso. Então, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD colocam que nós tivemos, no Estado de Mato Grosso, mais de noventa mil trabalhadores no ano de 2012 a 2013. Então, a questão do trabalho vai crescendo, crescendo, fica estável e começa a decair no ano de 2015.

Mas, como os senhores podem observar, mesmo com a estabilidade econômica, o CadÚnico e o Bolsa Família continuaram em linha crescente. Por quê? Porque com esses trabalhadores vieram famílias, e famílias em situação de vulnerabilidade social, que foram migradas para o CadÚnico e para os programas de transferência de renda.

Então, aumentou de forma considerável a população no Estado de Mato Grosso, esse público vulnerável, no ano de 2015, e começa a ficar muito mais claro neste ano de 2016. Por quê? Porque nós estamos com mais de noventa mil, só que migraram de outros Estados para o Estado de Mato Grosso, que precisam de um acompanhamento na assistência social. E nisso, temos os dados... Hoje, nós estamos com 171 mil famílias que recebem os programas de transferência de renda. Nós separamos por renda *per capita* até 85 mil, 121 mil famílias; de 80 a 170, 88; e de 170, meio salário mínimo.

Então, deixa muito bem clara a situação de vulnerabilidade dessas famílias. Por isso, é tão difícil quando se fala em qualquer corte que vai ter no Programa Bolsa Família, porque acaba que essa fonte de transferência de renda, às vezes, é o único benefício que tem para poder almoçar, para a alimentação, para o gasto de energia, para a água, para tudo.

E, nos dados, eles colocam bem claro tudo isso, por quê? Porque nós temos um Sistema Único de Assistência Social, como os senhores sabem, que tem só dez anos. Portanto, é muito recente, e como é muito recente, hoje, no Estado, nós temos a garantia da proteção básica nos 141 municípios. Então, todos os municípios têm pelo menos um CRAS, mas nós temos uma demanda que é reprimida na média complexidade, que é a proteção especial, que requer mais cuidado nosso, principalmente, na questão da criança e do adolescente, por quê? Porque as unidades não suportam.

Então, nós estamos com um crescimento de 175 CRAS e temos 43 CREAS. Eu coloquei os dados aqui por porte dos municípios. Em relação à média complexidade, nós precisamos ainda estruturar, dar apoio aos municípios em mais de 25% da população que carece por atenção, principalmente, na questão do acolhimento social.

Esse outro gráfico mostra, de forma detalhada, a quantidade de serviços que nós temos nos municípios do Estado de Mato Grosso. Então, CREAS para crianças e adolescentes e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

unidades de acolhimento, 76 unidades de acolhimento; idoso, nós temos 40 unidades de acolhimento social; adultos e família, 19; mulheres vítimas de violência, 04; residência inclusiva, 02; somando, 141. Então, hoje, temos uma demanda da questão, principalmente, da violência contra a mulher no Estado, nos municípios, e a cobertura ainda é muito pequena.

E temos algumas unidades que requerem um pouquinho mais de atenção. Temos a política para o idoso, que é pouco feita, e precisa de recursos.

Este quadro aqui é o quadro mais caro para os municípios, que são os serviços que são executados. Qualquer acolhimento social no município é uma fortuna, é muito caro. Então, aqui merece uma atenção especial, e nós formamos uma Câmara Técnica para fazer uma análise das situações de vulnerabilidade que os municípios têm, que requerem uma atenção maior do Estado para o aumento, não só do cofinanciamento, mas desses serviços, também.

E toda essa situação requer uma atenção nossa, porque precisa de trabalhadores, e os nossos trabalhadores... Nesse gráfico, está colocada toda a fragilidade. Então, nós fizemos uma linha de 2010 para 2015 e, no Plano Decenal, que a educação permanente levantou, nós verificamos que os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social eram quase os mesmos no ano de 2015.

Então, aumentou-se em 175 CRAS, 43 CREAS para o acolhimento e não se pensou, não se alterou o número destes trabalhadores, colocando nesse período de 2014 para 2015... Por conta de toda a precarização que estamos vivenciando, pela forma precária que os trabalhadores têm de realizar um serviço e pela própria estrutura, muitos desses trabalhadores saíram para outros municípios ou foram exonerados.

A maioria desses trabalhadores são trabalhadores comissionados e, em uma época dessas, muitos já não estão trabalhando, e com isso aumenta a demanda ainda mais para os profissionais que estão na ponta. Por isso, há a necessidade da realização de concursos públicos nos municípios para um atendimento mais eficaz e qualitativo aos usuários da política de assistência social.

Fizemos uma análise da proteção, de como está o atendimento da proteção social nos municípios. Estes são os dados deste primeiro semestre de 2016, e depois que a equipe da proteção básica fez esse levantamento, começamos a analisar que houve uma retração das famílias em acompanhamento no mesmo período.

Então, o que acontece? Essas famílias, por conta da precarização nas unidades de serviço da assistência social, muitas deixaram de continuar o atendimento.

Verificamos que, dentro da proteção especial, precisa de, pelo menos, de um técnico de referência para cem famílias, como aqui este outro gráfico coloca: um trabalhador para cada três famílias. Hoje, no Estado, nos municípios, a realidade é de menos um, 0,9 %, para mais de cem famílias em atendimento.

Só na proteção especial, na média complexidade, só de atendimento especial para cada indivíduo, nós temos mais de vinte mil e na proteção básica mais de duzentas mil famílias em acompanhamento por esses profissionais.

Aqui eu trouxe também, achei importante trazer, algumas violações de direito segundo o perfil do usuário e acompanhamento no CREAS. Mais dos 3.330 casos de violação de direitos, acompanhados no CREAS, 47% são com crianças e adolescentes. Destes 47%, 27% são com relação ao abuso sexual.

O Estado de Mato Grosso, também dentro dessa perspectiva de fazer um combate à violação desses direitos que estão sendo violados, começa a organizar algumas Audiências Públicas com a pauta específica da questão da erradicação do trabalho infantil. O Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Grosso apresenta as piores formas de trabalho infantil, é o que ainda se encontra aqui, então estamos intensificando também alguns desses trabalhos.

A maioria desses encaminhamentos para os CREAS se dá pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, CRAS, abordagem social, serviço de acolhimento e demanda espontânea. Então, neste ponto específico, deixa claro o porquê dos atendimentos estarem ainda mais relacionados à criança e ao adolescente.

São alguns dados que vão nos auxiliar nesta discussão. Eu queria colocar também aqui, Presidente Dr. Leonardo, como um desafio da gestão estadual, que é o aprimoramento ainda contínuo da gestão. Nós precisamos do apoio desta Casa com um projeto de lei que está em trâmite interno, mas que deve chegar e nós precisamos da regulamentação do SUAS para poder dar mais condições dentro dos nossos serviços.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço a fala da Ex^a Sr.^a Secretária Marilê Cordeiro Ferreira.

Com a palavra, na sequência, o próximo palestrante, o Sr. Antônio Figueiredo Neto, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.

Depois, caso haja interesse da plateia, podem questionar ao final os dois palestrantes. Nós vamos dar sequência às falas e vamos abrir espaço para as perguntas, se alguém desejar também.

O SR. ANTÔNIO FIGUEIREDO NETO - Boa tarde a todos!

Na verdade, não se trata de uma palestra, e, sim, apenas de uma conversa com os nossos colegas que vivenciam na assistência social, que eu acho que é um momento importante para podermos trazer à tona os problemas que estão no nosso dia a dia dentro dos municípios.

Quero cumprimentar o Deputado Dr. Leonardo por esta Audiência Pública, cumprimentar os Secretários da Assistência, na pessoa do nosso Secretário Valdiney, os conselheiros estaduais e municipais presentes, os nossos colegas e os trabalhadores do SUS e os demais convidados interessados no tema.

É difícil, depois de uma explanação dessas, na fala da Deputada e do José, nós... Mas nós vamos reforçar alguns pontos que entendemos ser extremamente importantes.

Então, eu quero dizer a importância desta Audiência Pública, considerando o momento crítico que a assistência social vem passando. Já foram colocadas aqui as dificuldades em âmbito estadual, federal e municipal, principalmente com o atraso de repasse, a preocupação enquanto desmonte das estruturas da assistência social, o acoplamento de outras atividades alheias à assistência social pelas quais nós não estamos capacitados para fazer essa execução.

Em nível federal, nós temos acompanhado as indicações e tentativas da desestruturação do Sistema Único de Assistência Social, seja com o atraso dos repasses e com a supressão das garantias de direito, extinção de órgãos, porque nessa última portaria que saiu, já não manifestou, não colocou ali a Secretaria Nacional de Assistência Social. Eu me esqueci de anotar o número dela aqui, porque saiu esta semana que já não coloca mais a Secretaria Nacional de Assistência Social nessa portaria.

Então, nós já ficamos de orelha em pé, sabendo o que está acontecendo lá, o que virá de lá para cá. Não é?

Extinção de órgãos, aumento das nossas atribuições, como o Dr. José bem falou a respeito dos CRASs e da previdência social, enquanto benefício de prestação continuada. Aumento das nossas atribuições, das atribuições dos municípios sem as discussões e debates nos fóruns

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

adequados. Geralmente, nós estamos funcionando no “susto”, de repente, vem uma portaria como veio agora, a maioria das vezes sem ter o debate nas CIBs, nas CITs, não é, Aguinaldo? Aí quando nós vemos, já há mais uma atribuição, ou mais uma desestruturação sem nós termos participado desse debate.

No âmbito estadual - em que pese a brilhante apresentação da nossa Secretária Adjunta Marilê e dos constantes avanços, trabalhos, estudos e a preocupação do nosso Secretário Valdiney -, nós temos a preocupação maior, visto que estamos sentindo uma ausência de estratégias governamentais que fortaleçam o Sistema Único de Assistência Social.

A palestra e os dados que a nossa Secretária Marilê colocou aqui, apenas reforçam a nossa preocupação, que as demandas vêm aumentando e nós não estamos tendo essa contrapartida, nós não estamos vendo essa contrapartida governamental, principalmente, no que diz respeito ao financiamento dessa política. Nós já conseguimos chegar ao acordo da necessidade, nós sabemos, o Dr. José já colocou aqui, é do conhecimento de todos o aumento do cofinanciamento. Mas, infelizmente, esse cofinanciamento não é suficiente para que possamos trabalhar de maneira a atender o nosso público.

Enquanto Conselho, nós vimos acompanhando esses debates, nós vimos fomentando esses debates, porque entendemos que é chegado o momento efetivo do Governo do Estado, junto com a Assembleia Legislativa, com os municípios, de nós conseguirmos unir as forças para poder não deixar que a assistência social... Eu não irei nem falar, mas que ela, pelo menos, se mantenha, que ela se fortaleça nesse ambiente de crise que nós vimos passando. Por quê? Porque nesse momento de crise são primordiais os investimentos da assistência social, visto que o serviço socioassistencial sofre aumento significativo na sua demanda. Isso é plenamente visível com o aumento dos moradores de rua, aumento dos abrigamentos e aumento do fornecimento dos benefícios eventuais como cesta básica.

Neste frio, nós começamos a lembrar dos nossos irmãos usuários, que estão ali nas nossas praças, precisando de atenção, precisando de um cobertor, precisando de uma comida e precisando de um abrigo. Mas, aí acaba o frio e rapidinho esquecem isso... Sai da mídia, como bem foi avisado aqui, que nós tivemos um morador de rua que, aparentemente, veio a óbito por conta do frio, em que pese todos os esforços que a Secretaria Municipal de Assistência Social - nós temos acompanhado, Cristiane - vem fazendo para esse público.

Nós não podemos esquecer que o financiamento dessa política é primordial. E a regra é que os municípios arquem, praticamente sozinhos, com os custos do sistema, o que por si só já dificulta a melhoria no atendimento, quiçá a ampliação do serviço. Nós sabemos que o financiamento é tripartite, então, não conseguimos avançar se não estamos conseguindo nem manter as nossas unidades, como o Dr. José falou aqui. Com toda a dificuldade que eu acredito que todos os municípios vêm passando para conseguir manter um CRAS de porta aberta, muito mais um abrigo que nós sabemos que recebe em torno de quinhentos reais por usuário quando, na verdade, mensalmente você gasta em torno de quarenta a cinquenta mil reais para manter um abrigo e você recebe, em torno, de quinze mil do Governo Federal. Então, essa diferença é o município que acaba arcando, e é uma diferença muito grande.

Gente, eu quero fazer um parêntese, porque acaba que eu fico conversando como se fosse gestor e aqui eu estou representando o Conselho. Só que é exatamente isso, a função do Conselho é fiscalizar esse serviço, é acompanhar para que ele, realmente, seja executado conforme a lei manda, como as garantias constitucionais. Nós estamos aqui para defender essa garantia, defender os usuários, defender a política. E para defender a política, muitas vezes, nós temos que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

fazer as críticas, fazer o nosso papel e defender. Tudo, infelizmente, passa por uma questão de recurso. Não é? Porque boa vontade eu acho que todo mundo aqui tem, compromisso também e é importante saber alguns números. Então, é a regra que o município arca praticamente sozinho. Não tem avanço enquanto os municípios arcarem sozinhos ou praticamente tudo com essa política.

A porcentagem que eu andei fazendo em uma conta, Deputado, ficou mais ou menos assim: 80% ficam para os municípios; em torno de 19% ficam para o Governo Federal e dependendo do Estado 1%. É o que está acontecendo no nosso Estado de Mato Grosso.

Eu tirei por base o Município de Cuiabá e os investimentos não chegam a um milhão de reais, somando todos os investimentos, todos os recursos que o Governo Estadual repassa. O Dr. José já colocou aqui as dificuldades e o que consegue fazer com esse recurso.

Considerando o Ofício 13, que foi um dos motivos desta Audiência Pública, e a resposta emitida pela SETAS, nós percebemos que há dois problemas na gestão estadual: um de ordem técnica operacional, é o que vimos conversando há tempo com a Marilê e com o próprio Secretário, é o que o Conselho vem colocando desde o início da nossa Presidência, da nossa gestão lá, os problemas operacionais lá dentro da Secretaria para a execução dos projetos, programas e serviços socioassistenciais.

Eu vou dar um exemplo: o CapacitaSUAS. É pública e notória a dificuldade que estamos tendo enquanto Estado para fazer essa execução, que já tem desde a gestão passada, do Governador Silval Barbosa, e não conseguimos fazer essa execução. Então, é pacífico que há algum problema operacional lá que está atrapalhando fazer essa execução e isso atrapalha a gestão dos municípios. O CapacitaSUAS está aqui para capacitar os trabalhadores e melhorar o desempenho dentro do Sistema Único. É um Programa que tem recurso, tem recurso parado na conta. Então, nós não podemos falar que é um problema de falta de recurso para isso.

Nesse aspecto, surge a orientação do SEAS para que a SETAS potencialize os esforços e os recursos - é que eu pulei aqui, pessoal, o primeiro é de gestão, é operacional, e o segundo, logicamente, é o de ordem financeira orçamentária -, e nós sabemos do problema orçamentário da Secretaria para fazer jus aos serviços, programas e os compromissos com a política de assistência social.

Então, nesse aspecto, surgiu a orientação do Conselho para que a SETAS potencialize todos os esforços possíveis para o Sistema Único de Assistência Social.

Nós estávamos falando da Assembleia Legislativa: “Ah, a Assembleia está com um recurso de sessenta milhões que, possivelmente, vai gastar com estacionamento, com outras atividades que não em política pública de assistência ou que seja de saúde ou de educação.” Mas eu acho que o Governo do Estado também deveria fazer seu dever de casa no sentido de priorizar as atividades que, realmente, venham ao encontro da política de assistência social e dos interesses dos cidadãos.

O Sr. Wilson Sérgio protocolou um pedido de explicações ao Governo do Estado quanto aos recursos arrecadados no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Nasceu no âmbito do Conselho Estadual essa discussão em relação ao Fundo da Pobreza, porque falamos de dificuldades orçamentárias financeiras e começamos a tentar entender esse processo e buscar mecanismos de viabilizar maiores recursos para a Secretaria de Assistência Social e também para os municípios.

Nós discutimos muito em relação ao Fundo de Erradicação da Pobreza, que é um recurso com um potencial enorme, que é um dinheiro carimbado e arrecadado em cima de ICMS e enxergamos essa possibilidade que esse Fundo, que esse recurso arrecadado possa ser potencializado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

diretamente para a assistência social e dividido aos municípios para que também possam ter um fôlego de poder trabalhar e ampliar o serviço.

Nós até já aprovamos, falta só publicar a nossa resolução sobre essa questão do Fundo da Erradicação e Combate à Pobreza. Não é, Marilu?

Realmente, o momento do debate é oportuno, porque não vemos uma sinalização de melhoria na assistência social. Muito pelo contrário, pelo que ouvimos do Sr. Secretário Paulo Taques na entrevista de hoje, pela manhã, na *Rádio Jovem Pan*, foi que a situação vai se agravar. Ele disse textualmente: “Vamos priorizar a folha de pagamento, a saúde, a segurança e a educação.” Mais uma vez, a assistência social ficou de fora.

As pessoas, apesar dos dez anos do Sistema Único de Assistência Social, ainda não conseguem enxergar a importância da assistência social como uma política pública prioritária, não conseguem ver a importância, como já foi dito aqui, que o recurso investido na assistência social, com certeza, vai economizar outras políticas públicas, principalmente a educação e a saúde.

Querendo ou não, em que pese a importância das demais políticas, Deputado Dr. Leonardo - Vossa Excelência que é médico sabe mais do que ninguém -, quem está lá ponta somos nós da assistência social. Em que pese médicos da família e demais, mas as maiores estruturas dentro da periferia, principalmente, ainda são da assistência social. Os nossos trabalhadores estão ali, no dia a dia do bairro, com as famílias que mais precisam.

Nós fazemos ações de educação. Em Cuiabá, para quem não sabe, tem o Seminina, que trabalhamos em contraturno escolar com 1.200 meninas, serviço de convivência. Acaba que trabalhamos com educação. Essas crianças deveriam estar lá na escola, mas não estão. Eram para estar na creche e não estão. Então, não se investe nem na educação, porque se tivesse investido, essas crianças estariam lá, e nem na assistência, mas a criança fica dentro da assistência.

Em Cuiabá, há mais de três mil crianças trabalhando no serviço de convivência. Os idosos, a mesma coisa, é um problema em todos os municípios. Enquanto batemos muito na questão da criança e do adolescente, muitas vezes, esquecemos que, na verdade, olhando pelo avanço da população e a nossa pirâmide etária, nós vemos que a nossa preocupação deveria ser imensa com os nossos idosos.

Isso nós temos conversado com o Valdiney, que já demonstrou preocupação, e com a Marilê. Temos que fortalecer a política do idoso. E quem cuida do idoso? A assistência social. Junto com o idoso, todo o problema de saúde inerente a ele. E nós temos uma dificuldade enorme de ter um médico dentro do abrigo, porque não é problema meu, é problema da saúde. Você não consegue uma parceria com a educação, porque não é problema meu, é problema da educação, não vou ter um professor lá dentro, não vou te ajudar. É assim com todo mundo!

Na cultura, você não consegue um serviço de convivência, trabalhando cultura com a criança, com aula de teatro, de música, esporte, você não consegue. Tudo é assistência social e você não tem recurso para isso.

Nós já estamos praticamente no limite, seja de paciência, seja no serviço, efetivamente, considerando que ficamos tapando o sol com a peneira, trabalhando com retalho orçamentário, não conseguimos o recurso mínimo para trabalhar com essa política.

Eu me assustei com a fala do nosso Secretário, ainda mais considerando a crise econômica que vimos passando. E é público e notório que onde vai ocasionar o aumento da demanda é na assistência social.

Nossos abrigos em Cuiabá, eu falo por Cuiabá, mas na conversa que tivemos com os nossos colegas aqui, Tangará da Serra, Rondonópolis e demais municípios, todo mundo está com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

os abrigos cheios, precisando de alimentação, de roupa, de lençol, de colchão, de todo o material de consumo para suprir essa demanda. E nós, com o orçamento contingenciado, também, os municípios, a maioria, e você não consegue ter essa liberdade, esse apoio para dar conta da demanda.

Enquanto Conselho, nós temos acompanhado todas essas necessidades, até mesmo em nível nacional, porque coordenamos o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais. A última reunião agora, no mês passado, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi pacífica a ideia da desestruturação da assistência social e dos conselhos municipais.

Aproveito a oportunidade para que os nossos gestores presentes, trabalhadores, não se esqueçam do Conselho Municipal, porque sem ele você vai piorar as coisas lá dentro. Precisamos que vocês deem atenção para o Conselho Municipal, estruturem-no para que ele possa colaborar com vocês nesse trabalho no desenvolvimento das políticas de assistência social.

Então, Deputado, em nível nacional não muda muito o cenário que vimos traçando por aqui.

Em que pese trabalhar nessa transversalidade das demais políticas, aquilo que já falei aqui, colaborando comprovadamente para melhorar a saúde, a educação dos mais pobres, não temos a valorização devida.

Todos os nossos CRAS precisam de investimentos para melhorar, porque são CRAS normalmente antigos, são prédios já deteriorados. Você precisa de recurso para poder fazer a manutenção também, porque é muito complicado. Você precisa melhorar, como foi colocado aqui, a precarização do trabalho.

Do Município de Cuiabá - como vimos acompanhando - nós sabemos falar. Primeiro, porque trabalhamos aqui; segundo, o Conselho é aqui e temos vários conselheiros. Até a presidente do Conselho de Cuiabá é conselheira no Estado e nós temos muitas informações das coisas que acontecem no município. E nós sabemos, nós vimos acompanhando essas dificuldades em relação à execução da política.

Então, quero encerrar, dizendo que o nosso discurso não é partidário, ele é político. Nós defendemos a política socioassistencial e solicitamos o apoio desta Casa de Leis para que essa política de assistência social não sofra nenhum retrocesso. Pelo contrário, que ela avance e seja garantidora dos direitos constitucionais dos nossos trabalhadores, usuários da Assistência Social. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Nós agradecemos a fala do Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Sr. Antônio Figueiredo Neto.

Neste momento, alguns dos senhores e senhoras que queiram fazer algum questionamento específico ao tema, aos nossos oradores, aos nossos palestrantes didaticamente, poderão se inscrever e utilizar o microfone com a Mara e o pessoal do Cerimonial, porque, senão, nós já passamos aos demais inscritos. Temos ainda inscrições, mas se alguém quiser fazer um questionamento específico à Sr.^a Marilê ou ao Sr. Antônio sobre os temas proferidos neste momento, nós estamos à disposição.

Então, vamos dar seguimento às inscrições, às falas, enquanto isso eu estou anotando para as deliberações. Mas quem desejar falar, usar a palavra, é só fazer as inscrições com o Cerimonial e nós abriremos na sequência.

Ainda com muita alegria, convido a Sr.^a Thérèse Silva, Gestora do Município de Diamantino, neste ato representando a Presidente do Colegiado Estadual de Gestores de Assistência Social, Kelly Silva Paniago Colle. Por favor...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

A SR^a THÉRÈSE SILVA - Boa tarde a todos.

Eu penso que com esse friozinho, um pouco já cansados.

Por gentileza, quantos gestores nós temos aqui? Levantem as mãos, por gentileza. Equipes técnicas dos municípios? Equipe técnica da SETAS? Ok. Muito obrigada!

Deputado Dr. Leonardo, é uma honra estar em sua presença. Eu gostaria de cumprimentar a mesa em nome do nosso Secretário Valdiney de Arruda.

Eu não vou ser redundante, não, e ficar repetindo o que todo mundo falou, porque, na verdade, está todo mundo cansado de discutir a mesma coisa. E a fala da Deputada Janaina Riva resume muito bem aquilo o que todo mundo aqui está cansado de saber, igual reunião de pais e filhos.

Está falando de uniforme ao pai que leva o filho uniformizado. Aquele que não leva não está na reunião. Então, o que está acontecendo no Sistema Único de Assistência Social deste País é uma vergonha.

Todas as conquistas de dez anos de luta, de trajetória, embasadas dentro de legislações, desde a Constituição e de uma história construída ao longo de anos, estão sendo jogadas no lixo. E nesse lixo vai junto quem? A extrema pobreza deste País, deste Estado, os vulnerabilizados. E aqui entram todas as categorias que foram discutidas até agora. E não adianta ficar discutindo de quem é a culpa, porque nós participamos de todos os lados. Nós estamos do lado de cá, na gestão pública; nós estamos do lado de lá, no controle social, nos nossos municípios. E se no Estado, vão bater à assistência social, lá nos nossos municípios, eles batem é à nossa janela, às nossas portas, aos nossos portões. Os filhos da pobreza estudam com os nossos filhos. Na lanchonete, nós encontramos idosos vulnerabilizados que pedem a nossa ajuda. Então, a proximidade do problema é maior ainda.

Nós sabemos o quanto o Secretário Valdiney e a Marilê têm feito a sua parte. Nós temos acompanhado isso. Mas, infelizmente, o Governo do Estado não tem feito o seu dever de casa em relação ao SUAS, não. Não tem feito! E o que é o dever de casa? É dar a César o que é de César. Dê à assistência social o que é de direito para que ela funcione. Não adianta colocar no papel que o sistema funciona para que lá, nos nossos municípios, o Ministério Público e toda a judicialização envolvida na Assistência Social nos penalizarem, nos cobrarem. Acho que um de nós uma hora vai ser preso, acho que muitos aqui já correram o risco de serem presos. Eu pelo menos vivo correndo o risco de ser presa, porque está lá no papel que tem que ter... tem que ter no CRAS, tem que ter uma equipe de referência, que eu não dou conta de pagar, o cofinanciamento que chega não dá conta.

O Governo Federal nos deve um milhão e novecentos e agora está criando um projeto relacionado ao que mesmo? Ajude-me, meu querido amigo Garrido, grande educador deste Estado em políticas públicas diferenciadas.

Vamos dar a César o que é de César. O Estado de Mato Grosso está criando, agora gratuito, no ano que vem terá um curso de quantos milhões/anos? Três milhões. Política pública de educação, que vai sair preparando estudantes para entrar no ENEM e nas faculdades. Nós estamos falando de política pública de assistência social, e o que é que nós queremos? Nós queremos o mínimo para que os nossos municípios, os 141 municípios, que compõem o Estado do Mato Grosso, possam fazer gestão, mas não é fazer gestão mendigando, pedindo.

Para fazer gestão, nós temos que pedir? Inverteu o processo? Tem que bater de porta em porta e contar com a boa ajuda dos empresários que colaboram com a assistência social, porque senão muitas de nós já teríamos fechado as portas, aliás, muitos prefeitos já pediram para que seus secretários fizessem isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Então, Sr. Deputado, a minha fala não vai se alongar muito, não, porque o José Rodrigues nos representa muito bem, fez todas as colocações pertinentes e os demais representantes que fizeram o uso da fala, também.

Mas o que nos falta é dinheiro, nos falta dinheiro. Nós temos nos municípios equipes competentes, equipes compromissadas e no Estado também, eu não tenho a menor dúvida disso. Mas se nós não tivermos o cofinanciamento, nós não iremos fazer gestão, e se nós não fizermos gestão com a política pública de assistência social e insistirmos em misturar política pública de saúde, política pública de educação, o ralo virá para a assistência social. A podridão virá para a assistência social e nós não teremos onde colocar todas essas pessoas que vivem em pobreza extrema, em situação de vulnerabilidade e risco social.

Nós precisamos que o Estado acorde, que a Federação acorde, porque lá no Município nos já estamos cansados de muita falácia.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - E, dando a sequência, parabênizo a fala da Thérésè, e convido a Sr.^a Andrea Maria Cruz Oliveira Amorim, Presidente em exercício do Conselho Regional de Serviço Social do Estado Mato Grosso, para o uso da fala.

A SR^a ANDREA MARIA CRUZ OLIVEIRA AMORIM - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, nós agradecemos o convite que chegou ao Conselho Regional de Serviço Social, na pessoa do Deputado Dr. Leonardo, representando a Comissão que desencadeou esta Audiência Pública. Cumprimento as demais autoridades, a Exm^a Sr.^a Secretária Adjunta Marilê Cordeiro Ferreira; o Exm^o Sr. Secretário Valdiney Antônio de Arruda; a Secretária Sr^a Thérésè Silva; e a Sr^a Cristiane Almeida, representando a Gestão de Cuiabá, minha colega Assistente Social, temos aqui colegas assistentes sociais, é uma honra tê-los neste auditório; cumprimento também o Sr. Antônio Figueiredo Neto, que representa aqui o Conselho de Assistência Social, portanto, o controle social

Como é importante que haja esse engajamento dos conselheiros e demais profissionais, técnicos de todas as áreas, de nível superior e nível médio, que se encontram aqui também, trabalhadores do SUAS, que estão lá na ponta, e trabalhadores gestores também, que estão aqui, dos diversos municípios de Mato Grosso.

Nós não poderíamos deixar, neste momento, de trazer para esta Audiência Pública, que tem como objetivo discutir a política nacional de assistência social, as repercussões, os impactos para a política local, para Mato Grosso.

Primeiro, nós precisamos reafirmar que estão aqui representando um conselho de classe, portanto, uma categoria de trabalhadores. E nós, na defesa da classe trabalhadora também, porque somos a classe trabalhadora... Nós, assistentes sociais, estamos incluídos na divisão social técnica do trabalho. E no nosso direcionamento político, nós estamos aqui, como o Presidente disse: não estamos aqui para fazer política partidária, mas estamos aqui como agentes políticos e temos uma direção, um direcionamento ético e político, portanto, com as políticas públicas que têm como objetivo fazer chegar os serviços públicos à população, a quem se destina.

E falando de onde estou, de um conselho de classes, nós temos tido amplas participações e discussões no sentido de buscar estratégias, pensar em formas de nos organizar cada vez mais politicamente, de modo que possamos fazer as nossas lutas, os nossos enfrentamentos diante de todo esse processo que vem se deflagrando no nosso País, um processo de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

desmantelamento das políticas públicas, um desmonte. Então, nós vivemos em tempos temerários. Reafirmamos a luta por uma seguridade social, estatal, ampliada e universal.

Eu trouxe aqui, me perdoem, não tive como trazer para todos, passem aí para os colegas da mesa. O CFESS - Conselho Federal de Serviço Social manifesta, um documento que saiu publicado dia 26 de agosto, em um tempo bastante oportuno, em tempos de extremos desafios, extremas perdas. Infelizmente, nós precisamos trazer qual é o momento de hoje. Um momento bastante delicado. Um momento duro, e que exige de nós sairmos dos nossos quadrados, sairmos das nossas zonas de conforto e fazer o papel que cabe a cada um de nós. Ao Conselho de Assistência Social fazer o seu papel que, parece-me, começa a fazer isso de uma forma muito interessante e muito positiva; de os gestores fazerem cumprir o seu papel enquanto gestores municipais, gestores estaduais, porque essa política pública de assistência social não tem uma via única.

O processo de municipalização, do qual temos estudo, a Prof.^a Liliane orientou um trabalho, na Universidade Federal de Mato Grosso, que fala que esse processo de municipalização foi, na verdade, um processo de “prefeiturização”, em que se joga a responsabilidade para os Municípios, para cumprirem um papel que não é só deles, um papel que é das três esferas de governo.

Então, como nós vamos falar agora neste momento, Deputado, em tempos de crise, realmente, porque não é uma crise somente econômica, é uma crise de legitimidade política, porque nós temos um Governo que não me representa. Este Governo não nos representa, a classe trabalhadora, não é? Porque ele não foi eleito por meio de um voto na boca de urna, não é pessoal?

Então, nós reafirmamos que o momento em que vivemos é um momento delicado, de ameaça à democracia, e não adianta falar só da assistência social sem falar da seguridade, que está sendo ameaçada. A seguridade social se compõe da assistência, da previdência e da saúde. É o nome da Comissão, inclusive, porque está no tripé lá da Constituição.

Mas, nós, assistentes sociais... O Conselho Regional de Serviço Social reafirma, assim como foi dito lá na Carta de Maceió, em 2000, no Encontro de 2000, que nós defendemos uma seguridade social que seja integrada, que deva compor-se de todas as políticas públicas: educação, trabalho, moradia, assistência, previdência, saúde, lazer, que também é seguridade social. Mas, enfim, para nós trazermos aqui para a proposta da Comissão, percebam que há uma finalidade, há um objetivo nesta Audiência Pública, e não é apenas ficarmos aqui falando, reclamando e sendo muros de lamentações, mas é encontrar caminhos.

Então, exige cada vez mais de todos nós, de cada ente federado, que o Estado assuma realmente um financiamento adequado. E como falar isso em tempo de dificuldades financeiras, em que a corda irá arrebentar pelo lado mais fraco. Sempre a história nos disse que a assistência social foi o lado mais fraco, mas não é mais.

Assistência social não é favor, não é ajuda. Como nós escutamos muita gente falar “porque vão lá depender da nossa ajuda”. Nós não ajudamos, nós concedemos direitos sociais. Assistência social não é assistencialismo, porque assistencialismo também é uma forma de conceder. É um vereador chegar lá e dizer: “Olha, o seu Bolsa Família... Você foi cadastrado no Bolsa Família, não foi porque a prefeitura quis, foi porque eu que te levei no meu carro.” Isso é assistencialismo, este é um exemplo. É a forma.

Então, nós não falamos de cliente, nós não falamos de indivíduo, nós falamos de usuários da política de assistência social, nós falamos de cidadãos. São cidadãos, todos nós pagamos os nossos impostos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Nós queremos fazer um destaque pela fala da Secretária Marilê. Em relação a essa questão, que é muito séria, nós vimos também verificando isso, porque o Conselho Regional de Serviço Social está presente, tem assento no Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, que se compõe de 11 trabalhadores de nível superior, e nós temos aí muitas distorções na política de assistência social. Nós precisamos, sim, da capacitação, nós precisamos, sim, do CapacitaSUAS, já sabemos que isso já está na forma, que isso irá sair.

Nós estamos com esperança, realmente, que isso executará, irá acontecer, já está para ser licitado isso aí, está em via de licitação. Isso também é uma luta dos trabalhadores da SETAS, é uma luta constante dos trabalhadores da educação permanente, juntamente aos trabalhadores do Fórum que estão ali representando o Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS.

Estamos diante de pessoas que fazem parte do Núcleo de Educação Permanente, e aí a Secretária aponta que os Municípios possuem uma carência muito grande, uma necessidade muito grande de profissionais, essa é uma realidade, a rotatividade é muito grande. Existe muita contratação, contratação por cargo comissionado, contrato temporário.

Então, essa questão da precarização do trabalho, que nós já sabemos que existe, precisa ser combatida. Não adianta também visualizarmos uma crise que vem de cima para baixo, porque nós, os Municípios, temos a sua força. E os trabalhadores que estão ali, sejam contratados, concursados, todos têm a sua responsabilidade nessa oferta do serviço. Então, é um desafio para os Municípios aumentarem e terem, não apenas a equipe mínima, mas, sim, uma equipe de referência. Nós não falamos de equipe mínima. Não é, Cristiane? Víamos isso no Estado, quando você passou pelo Estado. Hoje você está no Município, você está do lado de lá, mas você já passou pelo Estado.

Não dá para o assistente social ficar fazendo tudo, porque isso não é responsabilidade dele: o trabalho que cabe ao psicólogo, que cabe ao pedagogo, ao advogado, que está lá no CREAS.

Então, vimos essa questão dos trabalhadores, da equipe de referência, a questão da proteção especial, que é uma área delicada que precisa ser fortalecida.

Nós já sabemos quais são as necessidades que temos, agora precisamos fazer valer, usar os recursos e precisamos encontrar estratégias. Acho que é uma boa estratégia essa questão do fundo. Desde o antigo Governo já se falava desse Fundo da Erradicação da Pobreza, que é um fundo que está no fundo e que ninguém está vendo ainda. Precisamos ver esse fundo e fazer com que esse fundo seja vinculado à política de assistência social. Chega de inventar elefante branco, chega de inventar modinha, vamos dar visibilidade para a política de assistência social.

Eu tinha muitas coisas para falar, mas é cansativo. Acho que os colegas já falaram muitas coisas. Quero deixar apenas a mensagem de que este é o momento que reafirma a nossa necessidade de luta. Por isso, o Fórum dos Trabalhadores do SUAS se engajou na Frente Nacional. E estamos em uma Frente Estadual em Defesa da Seguridade Social e do SUAS, porque, se enfraquece na saúde, esse público vai para a assistência social; se enfraquece na previdência, esse público vai para a assistência social, vai bater à nossa porta. Então, é preciso fortalecer e lutar, não só no nosso quadradinho, mas para toda a política de seguridade social.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradeço as palavras da Sr.^a Andréia. Agradeço a presença do Sr. Domingos Antônio da Silva, Presidente do Conselho Regional de Técnicos e Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Mato Grosso e dos companheiros da Casa Civil, que aqui estão.

Convidamos, na ordem de inscrição, o Sr. Valdiney Antônio de Arruda, Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

de Estado de Trabalho e Assistência Social, para fazer o uso da palavra.

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA - Boa tarde!

Eu quero agradecer o convite e a iniciativa ao Deputado Dr. Leonardo, e em seu nome, cumprimento todo esse seleto grupo que está à mesa, na sua maioria, mulheres, como sempre; Sr^a Marilê, em seu nome eu cumprimento todos vocês que estão ouvindo esta importante Audiência Pública.

Eu preciso dizer a vocês que nós não chegamos aqui fabricando ou criando um modelo de assistência social que nasceu em 2015. É preciso que todo mundo saiba, Deputado, que quis o destino e que a história construiu, desde 1990 até 2016, uma política de assistência social que, há dez anos, se instituiu um Sistema Único de Assistência Social para chegar, principalmente, no fortalecimento, na acolhida das pessoas que mais precisam.

Esse Sistema Único de Assistência Social, criado há dez anos, vem se estabelecendo e crescendo com o tempo por meio de um mecanismo. E esse mecanismo de implementação, criado também por meio dessa política, foi por um instrumento que se denominou de consenso e pactuação. Essa pactuação foi criada em nível nacional, estabelecendo mecanismo de paridade para discussões, diálogo, discussões técnicas, aprimoramento e incorporação na linha transversal entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais.

Então, o que vivenciamos aqui, Deputado, é um processo histórico. Se hoje temos alguns problemas a discutir, é preciso também respeitar esse processo histórico.

Quando o processo histórico estabelece que a discussão precisa do MDS e, junto ao MDS, precisa de uma representação dos Colegiados dos Municípios, que se denominou CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social; por outro lado, precisa da representação dos Secretários de Assistência Social do Brasil, que se denominou FUNSEP, é um fórum; e dela também participa o Conselho Nacional de Assistência Social, que é a representação dos trabalhadores e a representação dos usuários.

A partir desse momento, se estabelece um mecanismo de controle social e mecanismo de implementação de políticas públicas no Brasil, talvez até agora um dos mais eficientes que o Brasil já experimentou, Deputado. É verdade que não se conseguiu devolver para a sociedade - e devolver de forma rápida, como o Brasil precisa, com eficiência - todo esse mecanismo, mas é o que nós temos! Então, quando falamos em recursos, é preciso que entendamos que foi nesse mecanismo que se estabeleceu que o Município poderia pactuar com o Governo Federal, por exemplo, a implementação de uma casa de acolhimento. E foi nessa pactuação que se estabeleceram os valores que o Governo Federal iria repassar direto ao município, por meio do fundo a fundo do município.

Hoje, nós discutimos se esse modelo é bom ou não e se os recursos que, naquele momento, os municípios pactuaram, cabe ou não. Por que estou dizendo isso? Para que não joguem em cima do Estado todo o problema que hoje os municípios, antes pactuaram com o Governo Federal e agora estão reclamando que não dá. Nós também concordamos que não dá, mas o mecanismo para se discutir - quem passou na mesa sabe disso - primeiro é o que se chama CIT - Comissão Intergestores Tripartite. Lá é o mecanismo de dizer e discutir. E, naquele momento, não se obrigou o Estado a pactuar o cofinanciamento. Tanto que tem Estado, Deputado, que não ajuda os municípios financeiramente, e Mato Grosso é diferente.

E quando nós assumimos o Governo, nós continuamos o que foi pactuado, restabelecendo os valores da pactuação em 2015, que é o nosso Governo, e restabelecendo o aumento de 40%, reajustados esses valores para 2016. E - mesmo com o decreto - estamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

cumprindo, tirando orçamento das outras Secretarias Adjuntas, que eu tirei para colocar na Adjunta da Cidadania. Isso está sendo feito, esse é o processo histórico que nós temos.

É verdade, Deputado, que nós temos que pensar em melhorias, mas as melhorias precisam ser pensadas de forma clara, evidente, colocando os três entes de uma forma que todos possam assumir as suas responsabilidades. Primeiro, precisamos aumentar a competência nossa, precisamos aumentar a competência de trabalhar com a política de assistência social.

E quem participou do IntegraSUAS, em Confresa, sabe do que estou falando e de como os municípios ainda precisam incorporar a capacidade institucional de lidar com a temática do serviço único de assistência social. As técnicas que participaram dessa capacitação, de uma semana, souberam quanta necessidade tem os municípios. Estou falando capacidade institucional, sem falar em recursos. Vamos falar da capacidade de lidar com a temática única do serviço único de assistência social, de entender o que é Índice de Gestão Descentralizado - IGD, o que pode e o que não pode, e a capacidade institucional que cada município tem.

Eu fiquei impressionado, Deputado, ao ver a capacidade de resolutividade dos municípios do polo de Confresa. Eles conseguiram solucionar problemas, tão longe, com tão poucos recursos. Essas boas práticas precisam ser ressignificadas entre nós. Porque me pareceu tão surreal o município, na minha concepção, tão pobre e tão longe, mas com uma capacidade de resolutividade com a pobreza tão forte e com poucos recursos. Aliás, Confresa, com problemas na prestação de contas, não tinha recebido nenhum cofinanciamento este ano, recebeu três parcelas agora porque conseguiu fazer a aprovação de suas contas.

Precisamos aumentar a capacidade institucional e eu digo ao Presidente do Conselho que, infelizmente, Neto, essa luta pela valorização da previdência social como política do Estado e como prioridade não é só do Governo Estadual. O Governo Federal passa por isso e, infelizmente, a maioria dos municípios passa por isso.

Em todos os eventos da Política de Assistência Social que nós fizemos e um específico que trata da criança e do adolescente, os eventos do combate ao trabalho infantil, os eventos contra o abuso sexual da criança e do adolescente, são raros os Prefeitos que participam, são raros os Prefeitos que participam dos encontros da política de assistência social, e são raros os Prefeitos que, realmente, dominam com propriedade a linguagem, a temática da política de assistência social. Isso é uma luta constante que nós temos que fazer. E, mais do que isso, o Governo Estadual conseguiu, pelo menos, aumentar em 40% o repasse antes pactuado do ano anterior. Qual município aumentou em 40% o repasse para as Secretarias de Assistência Social de 2015 para 2016? Isso para significar que esse embate não é do Governo Estadual só, e o discurso em relação à política de assistência social também passa por uma interiorização e incorporação das nossas ações do Estado com o Governo Estadual, Municipal e Federal.

Então, é uma luta, Deputado, realmente, é uma luta que nós temos que encarar como prioridade, visto tudo aquilo que a assistência social significa dentro da nossa realidade, dentro do que nós desenvolvemos, dentro daquilo que bate às nossas portas.

Essa capacidade institucional é uma temática importantíssima. Aumentar a capacidade institucional ao tempo em que se discute a melhoria dos recursos e ao tempo em que se discute a implantação, como prioridade, de uma política ou do Governo Municipal, do Governo Estadual ou do Governo Federal.

Mas, tem mais um item importante, Deputado. Nós costumamos falar entre os iguais. Vocês perceberam que, para a implantação de aonde nós chegamos, foi todo consolidado por meio de atores tripartites do Governo Federal e também no âmbito estadual, que é a CIT... É a CIB,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

que muitos de vocês participam. Mas, percebe-se que todas as vezes que lidamos com a política de assistência social há mais dois atores que acabam influenciando muito mais fortemente a política do que nós - o Executivo - que é o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. E eles não participam, nem da Comissão Intergestores Tripartites - CIT e nem da Comissão Intergestores Bipartite - CIB.

Vejam que surreal é isso! Nós discutimos a implantação de um modelo e nós passamos por isso, reordenamento do acolhimento... Vamos reordenar o acolhimento em municípios e tem juíza que disse: “Aqui não vai reordenar nada.” Tem Ministério Público que é contra certa modalidade de acolhimento, como é o caso da Família Acolhedora, que nós estamos avançando.

Então, é preciso, nesta Casa, que tenhamos presentes para discussões importantes do serviço de assistência social, Deputado, a presença desses atores, não só para nivelar, mas para se comprometerem e entenderem como é a política de assistência social e permitir que nós também façamos um bom trabalho e que não sejamos pegos por vezes e por muitas vezes - como se falou aqui - tentando implementar algo importante e tendo que receber, por exemplo, uma criança de outro município, como é o caso de Cáceres, porque foi ordenado pela juíza.

Então, essa capacidade de integração nós temos que evoluir. Isso é aprimoramento. Se aprimoramos até aqui, temos que aprimorar com a presença desses atores.

O sistema de garantia de direitos, por exemplo, quando se trata de criança e adolescente, tem muito mais decisões do Judiciário e da Promotoria, do que do próprio Executivo do Município.

O município é refém desses atores, mesmo contrariando várias pontes importantes que a política nos implementou e nos fez evoluir, a própria determinação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, às vezes. Então, essa capacidade, Deputado, nós temos que evoluir.

Nós estamos em tempo de crise. E esse tempo de crise não foi criado por este Governo, mas terá que ser passado por este Governo. E nesta capacidade de crise, nós temos que entender os limites que nós teremos capacidade de alcançar, mas também a criatividade que temos que criar para não perdermos de vista esse processo histórico, rico e importante, que é a política de assistência social, que não se resume na rede de serviços ou num serviço único de assistência social que se evolui até agora. Mas nós precisamos também desenvolver, aproveitar este momento, e por que não pensarmos na nossa política estadual de assistência social como tem pensado e tem desenhado a Secretaria de Assistência Social?

Falar dos valores do cofinanciamento ou falar do Fundo da Pobreza é importante. Agora, Garrido, se vier todo esse recurso, nós temos estrutura preparada, capacitada, instrumentalizada para desenvolver uma política inovadora como quer o Conselho que não retroagiu dentro do Estado de Mato Grosso? Nós discutimos nossas políticas, nossas bases para avançar para além do que a rede única de serviço de assistência social previu? Como é o caso dos idosos que não temos uma política específica de acolhimento. Como é a própria identificação no trato de mulheres vítimas de violência que nós temos espaços, alguns bons exemplos e algumas boas práticas, mas não temos uma política efetiva para diagnosticar, para identificar?

Mato Grosso não tem, Deputado, o Brasil não tem, mas Mato Grosso não tem um diagnóstico da violação de direitos. E não é violência, não, não é tiro, quem morre, quem mata, isso talvez possa ter uma estatística na segurança pública nos Boletins de Ocorrência.

Eu estou falando de violação de direitos, que é o sentido real, o maior indicador do sentido real da efetividade da política de assistência social, se diminuimos ou não a violação de direitos, seja do idoso, seja da criança, seja do negro, seja de qualquer tipo de discriminação. E essa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

incapacidade nossa nos faz não enxergarmos por não ter esse diagnóstico. Então, a nossa capacidade de evolução, que nos permite chegar até aqui, é consequência de um processo histórico, eu concordo, culpa de todos, bônus de todos, mas também se não avançarmos é culpa de todos, seja do Governo Estadual, do Governo Federal, seja dos Governos Municipais.

Quizá, tivéssemos prefeitos ultracomprometidos com essa temática, eu tenho certeza de que quando fossem discutir o FETHAB, eles colocariam na pauta a necessidade de parte desse dinheiro do FETHAB ser direcionada para o social. Assim não o fizeram, porque talvez não fossem ou não tivessem sensibilizados pela causa. Quero que o Fundo da Pobreza seja, sim, destinado para o combate efetivo da pobreza, se assim o Estado tiver recurso para implementar, se assim o Estado tiver recurso advindo de outras fontes, porque nós pegamos um Estado sem recurso, pegamos um Estado com dívidas altíssimas, 34 bilhões para devolver para os empréstimos.

Eu preferia que todos os investimentos na Copa do Mundo não fossem mantidos e feitos para a Copa do Mundo, mas fossem feitos e mantidos para a assistência social, porque só de dívidas, 34 milhões de reais, este ano, seria investido na política de assistência social, mas assim quis o processo histórico que não ocorresse.

Essa crise que nós passamos hoje é uma crise que também nos trouxe a capacidade de superar, a capacidade de encontrar soluções e estamos fazendo o nosso esforço dentro das nossas capacidades e dentro daquilo que nos foi entregue.

Se quisermos superá-las e precisamos superá-las, é só com o esforço de todos, com o comprometimento destes prefeitos que virão a assumir as prefeituras, com o nosso mandato do Governador Pedro Taques, que tem a certeza deste compromisso, e queremos que o Governo Federal reveja os seus valores, seus orçamentos para priorizar e dar prioridade à política de assistência social.

Deputado, tenho a certeza de que esta Casa também pensa assim e, com certeza, sensibilizará os seus pares Deputados para entender a importância da política de assistência social, entender a importância de que a culpa não é direcionada a apenas um Executivo, que é o Governo Estadual, mas precisa, sim, do esforço do Governo Federal, do nosso esforço sobremaneira, mas também dessa sensibilização dos prefeitos para esta temática que é tão importante.

Desta forma, nós correremos juntos e encontraremos saída, que não será fácil, mas se torna menos pesada quando todos assumem seu compromisso, assumem sua responsabilidade e, principalmente, fazem aquilo que tento falar com o nossos pares sempre.

Toda vez que erramos, a culpa é nossa, olhamos para dentro e vemos o que erramos para melhorar. Se todos fizerem isso, acho que encontraremos, rapidamente, os caminhos para uma decisão, para um norte, para uma melhoria do Serviço Único de Assistência Social, em especial desta população nossa que a metade dela está no CadÚnico, portanto, a metade dela precisa desse esforço.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Agradecemos as palavras do nosso Exmº Sr. Secretário Valdiney Antônio de Arruda. Seguindo a sequência no debate, com os inscitos, o Exmº Sr. Aguinaldo Garrido, Secretário Municipal de Assistência Social do Município de Tangará da Serra.

SR. AGUINALDO GARRIDO - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar o Deputado Dr. Leonardo, eu só o conhecia na região de Cáceres por fotografia ou televisão e depois conheci na RGA, passei a admirá-lo, inclusive.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Eu queria agradecer a mesa e dizer que na fala do Sr. Valdiney, da Sr^a Marilê... Primeiro, parabênzo, realmente a Secretaria de Trabalho que, nos últimos tempos tem feito uma correria e tentado atender os Municípios, discutir a política, refletir. E quando a Marilê apresentou alguns dados aqui eu fiz questão de me inscrever, por dois motivos.

Primeiro, que para tratar da política de assistência social, nós precisamos de dados. Eni Orlandi fala isso, que o silêncio, a ausência de dados já é um grande dado e a SETAS agora começa a aparecer com dados, com diagnósticos que nós temos como refletir profundamente onde nós estamos, aonde nos chegamos e aonde nós queremos chegar. Então, queria parabenizar, quando você apresenta dados importantíssimos.

A segunda é a questão que a Sr^a Marilê passou dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social. Como Bacharel em Serviço Social, fico muito triste, Deputado e Secretário Valdiney, porque o Secretário Valdiney tem condições de ser nosso porta-voz, sim, e nós não viemos aqui discutir quem errou mais, quem errou menos, nós viemos discutir uma política que está sendo desmantelada. Ela está sendo desmantelada em um período da história, e o Valdiney, enquanto Secretário de Estado, Vossa Excelência é nosso porta-voz, sim. Sabe por que o senhor é o porta-voz? Primeiro, porque o senhor tem uma sensibilidade como homem, como pessoa muito grande, de entender a dinâmica da política, e está muito bem assessorado, e nós muito bem representados quando o senhor está nas reuniões.

Por outro lado, o que me entristece, quando a Sr^a Marilê fala da importância do concurso, e eu fui um, eu sou um servidor efetivo do Estado, eu entrei pela porta da frente... Mas eu fico muito triste quando percebo, Sr. Valdiney, que os Municípios já estão terceirizando o trabalho da assistência social. Fico muito triste também quando os prefeitos começam a ir na contra mão do discurso do Estado. Porque a equipe econômica do Estado, do Município, bem como do Governo Federal, tem uma dificuldade ou não querem compreender a política de assistência social e soltam na mídia que estão suspensos os concursos no Estado. Automaticamente, o Prefeito da minha região, do Município da minha região, suspenderão também o concurso. E a duras penas, nós estamos tentando convencer a equipe econômica de que a assistência social sem trabalhadores efetivos, qualificados, sem uma política inicial e continuada de capacitação do sistema, dificilmente avançaremos na política.

Isso, praticamente, está generalizando, não só a precarização, mas a terceirização está muito clara nas esferas de Governo e isso nos entristece bastante.

Esse é outro dado que a Marilê trouxe e que independentemente se eu estou no Município ou no Estado, ou no Governo Federal, nós trabalhadores e nós que queremos avançar na política, a terceirização dela é o fechamento dessa política.

Agora, Deputado, Vossas Excelências falaram da questão da saúde, eu também fui do período histórico, quando assumi na Assistência Social do Estado - aqui estão as trabalhadores da SETAS e vão se lembrar, as mais antigas - a maioria da política de assistência estava vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, e era como uma ação social, não era assistência social.

Então, nós não queremos voltar a esse passado que ele colocou. Ele anexou a política de assistência - a Leila está aqui, é antiga e sabe disso também como eu -, anexou uma política, preteriu, até porque era preterida mesmo, era um subgabinete na época do Fernando Henrique Cardoso.

Eu não estou aqui fazendo crítica partidária. Não existia um Ministério com uma política que deu um status à Assistência Social, e ela só foi a partir de 2003.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Quero dizer que o financiamento... Nós avançamos bastante na educação quando paramos de querer fazer um trabalho voluntário, “Amigos da Escola”, e tratar o pobre com coisa pobre. O pobre tem que ser tratado com coisa boa, e coisa boa vem com financiamento, sim.

E as três esferas de Governo estão devendo a esta política, que é a principal porta de entrada do usuário, do cidadão e também tem a possibilidade de ser a porta de saída se ela romper o hiato entre a entrada dela na assistência social e o mundo do trabalho.

Então, para isso, eu acho que estamos aqui num período muito importante...

Quero dizer, Valdiney, que entendo o seu papel e a sua luta. Eu o conheço há muito tempo, talvez, você me conheça há pouco, em que pese a admiração que tenho pelo senhor, eu tenho muita esperança além da admiração. Que você consiga convencer do lado de cá a equipe econômica, que não compreende a política, isso é fato, porque já estive nesse papel, como nós também do outro lado lutamos todos os dias para poder fazer com que a equipe econômica entenda que essa é a melhor porta de entrada para o cidadão e a melhor pedida neste momento.

Eu queria fechar fazendo uma reflexão, eu acho que vamos ficando velhos e vamos ficando mais equilibrados, mais maduros um pouco, não sei.

Eu queria lembrar José Saramago, ele diz o seguinte para todos nós, aqui ninguém veio disputar nada com ninguém, nós viemos refletir sobre o desmantelamento da política.

Quero dizer, Deputado, não ao Ministro da Saúde, se o senhor tiver essa articulação, se o Valdiney tem essa articulação, não fomos nós que criamos a doença oriunda da zika e da chikungunya, que é a microcefalia. O primeiro ato do ministro foi que ele iria montar um programa para atender crianças com microcefalia. Microcefalia é questão de saúde, é essa confusão que nós não podemos fazer num momento tão sensível e delicado desta política.

É nós buscarmos, na assistência social, atender crianças com políticas que já fizemos e não deu certo, a questão do PET, reforço escolar, nós já fizemos complementação de estudo, isso não é mais da política, nós superamos... Parece-me que agora tinha alguém com tanta saudade e veio com tanto poder agora nos últimos tempos que estão trazendo de volta tudo aquilo que não servia e nós já tínhamos colocado na lata de lixo.

Por isso a importância de vocês serem os nossos porta-vozes. Aí José Saramago diz o seguinte: “Se podes olhar, vê.” E se podemos ver, vamos reparar, vamos seguir e vamos avançar nessa política, porque há cidadãos lá fora nos esperando, e eles não podem sonhar que nós vamos equivocar em equívocos conceituais que nós avançamos e tratá-los e preteri-los na ordem do dia, principalmente, porque as pessoas mais fracas, as que têm menos voz, as que estão mais invisíveis, são esses usuários que são meus e são de todos nós, independentemente do pacto federativo e dos entes federados.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - São as palavras do Secretário Aguinaldo.

Na sequência, com a palavra, a Sr.^a Luciana Miyakawa, Assistente Social do INSS. É um dos temas muito importantes também para complementarmos, eu trabalhei bastante nessa área.

A SR.^a LUCIANA MIYAKAWA - Boa tarde a todos e todas!

Nós estamos aqui participando, eu gostaria de agradecer o convite do Deputado para esta Audiência Pública para discutir exclusivamente o SUAS, porém, nós já estivemos aqui colocando que a assistência social faz parte de uma política de seguridade social que envolve a assistência, a previdência e a saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Nós estamos num momento de crise das políticas públicas da seguridade social sob um discurso de que a seguridade social seria deficitária. Entretanto, isso é algo a ser discutido, até porque quem coordena e quem verifica se é deficitário ou não são os órgãos federais de arrecadação, através da Receita Federal do Brasil. E os próprios auditores fiscais lá falam que isso não é verdadeiro. Então, que discurso falacioso é esse de que as políticas de seguridade social estariam deficitárias? Então, nós não podemos, em hipótese alguma, esquecer que essas políticas, tanto a assistência, a previdência e a saúde têm um orçamento próprio, que é o orçamento da seguridade social, certo? E que tem arrecadação própria. Agora, o que os trabalhadores, a população não pode aceitar é que o Governo Federal, através de uma medida chamada desvinculação das receitas da União, tome paulatinamente de 20% a 30% como querem agora pegar o orçamento da seguridade social e aí dizer que o recurso é deficitário, que a política é deficitária, que a política não consegue se sustentar, porque isso é falacioso.

Então, eu acredito que nós, da política da seguridade social, não temos que discutir a assistência em separado, a previdência em separado, ou a saúde em separado. Nós, da seguridade social, temos que ter uma unificação na defesa das políticas públicas para atender realmente a população. Eu ouvi aqui e concordo, não podemos aceitar políticas pobres só porque é para uma população de baixa renda. Isso é inaceitável.

Agora, existe um programa que está dentro do INSS, que é operacionalizado pelo INSS, porém é um Programa da Assistência Social, e é um número que eu não enxergo quando eu vejo uma apresentação da assistência social, que seria os beneficiários do benefício de prestação continuada. É um problema, porque não fica na estatística da assistência, mas é um benefício que consome 80% do orçamento da assistência social. E por que a assistência social não trata desse número? Preocupa-me isso. É um alerta que eu gostaria de fazer aos gestores da política de assistência social.

Eu acho importante entrarmos nesse benefício, porque ele está tremendamente ameaçado. E me preocupa mais ainda porque, da forma como foi sorrateiramente modificado - eu digo sorrateiramente, porque isso não passou pelo Conselho Nacional de Assistência Social... O Governo autoritariamente mudou a forma desse benefício e agora nós vamos precisar cada vez mais da atuação da assistência.

E eu me preocupo, porque até agora eu ouvi um discurso da dificuldade que a assistência está tendo na sua operacionalização. E nessa mudança, por meio do Decreto nº 1.805, o Governo coloca o seguinte: para o usuário acessar um benefício de prestação continuada, ele terá que apresentar já no seu agendamento o CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais pronto. Criou-se um terceiro item que não existia, porque na LOA se coloca o seguinte: para ter o direito ao benefício assistencial, o usuário precisa ter renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo; se idoso, uma idade de 65 anos; se pessoa com deficiência, que a pessoa passe por um processo de avaliação da pessoa com deficiência, estabelecido dentro do INSS. E agora, não! Se essa pessoa não tiver o CadÚnico pronto, ela não vai nem agendar esse benefício no INSS.

Como isso se dará? Não sabemos, porque esse decreto coloca que em 120 dias isso será regulado. Agora me preocupa, porque em que medida um decreto pode alterar uma lei, quando criamos um pré-requisito de acesso ao benefício? Em que medida? Mas infelizmente, autoritariamente o Governo fez isso. E o CadÚnico é feito por vocês nos CRAS. E com a estrutura que se tem, pelo que estou ouvindo, quanto tempo o usuário conseguirá fazer este CadÚnico para depois então conseguir agendar o benefício de prestação continuada? E outra, aquele que não estiver com o CadÚnico regulado terá o benefício suspenso. E isso significará uma verdadeira corrida aos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

órgãos de assistência social, e se a assistência não tiver condições de abrigar e assumir esses grupos, fica parecendo que quem não deu conta, quem não tem condições de assumir o seu trabalho é a assistência, sendo que na verdade existe toda uma estruturação, uma discussão maior em relação à organização, à divisão, à gestão da política de assistência social. Então, isso é uma preocupação muito grande que eu tenho.

Além desse quesito, nós temos também que discutir o seguinte, qual é o significado do benefício de prestação continuada para o Estado de Mato Grosso? O que ele significa, quantas mil pessoas são atendidas? Qual é o recurso que a BPC traz para o Estado?

Eu digo recursos que o Benefício de Prestação Continuada - BPC traz para o Estado, porque isso é sabido, já é pesquisado, já é resultado de pesquisas feito pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que o BPC é utilizado exclusivamente para sobrevivência, utilizado para alimentação. Portanto, é com esse dinheiro que esse usuário compra sua alimentação, paga a água, paga a luz, compra a vestimenta, vestuário que ele necessita basicamente, ou seja, é para suprir a necessidade básica de sobrevivência, não é de vida, é de sobrevivência.

Isso significa também uma movimentação no comércio local. Por que isso é importante? Porque precisamos entender de que dinheiro estou falando. Só no Estado de Mato Grosso, nós temos 67 mil beneficiados aproximadamente. Vocês sabem o quanto isso significa em valores? Significa que o benefício de prestação continuada traz para o Estado de Mato Grosso mensalmente 66 milhões de reais, minha gente. É bastante dinheiro, estou vendo aqui repasse de um milhão, e eu estou falando de um repasse de 66 milhões para o Estado de Mato Grosso, através de um benefício de prestação continuada em um Programa da Assistência Social, mensal.

E, anualmente, multipliquem isso por doze, quanto que vai dar isso? Vai dar em torno de 706 bilhões de reais que a assistência traz para o Estado de Mato Grosso...

Portanto, eu não acho justo que a assistência seja tratada como se fosse a filha pobre, porque contribui, sim, para a economia de Mato Grosso.

Então, são preocupações que nós, assistentes sociais do INSS, temos em relação a isso. E acredito que tanto o Secretário como o Deputado precisam movimentar as suas bases nesse sentido. E aí quero trazer, por mais que falemos que nós não estamos discutindo partidariamente, mas nós temos, sim, que chamar a nossa base política. Nós temos que chamar, sim, os nossos representantes, saber de que partidos eles são, porque nós temos que cobrar, não podemos aceitar que a política de seguridade social seja tratada como se fosse a vilã da economia brasileira.

E é isso que está acontecendo, a política de seguridade social está sendo tratada como se fosse a vilã da economia brasileira, porque existe um déficit que não conseguiram provar ainda onde está o déficit, que eu corto o Bolsa Família, que eu dificulto o acesso ao BPC, que eu faço uma legislação com uma aposentadoria para os trabalhadores só conseguirem se apontar aos 65 anos, que eu igualo o gênero, mulheres e homens são iguais... Em que sociedade que nós vivemos? Não são iguais, ainda, podemos sonhar em ser, mas nós não somos.

Então, desvincular o valor dos benefícios de um salário mínimo, isso quer dizer que nós teremos beneficiários tanto de BPC como aposentados, daqui uns dias, recebendo menos que um salário mínimo, gente. São propostas que estão lá postas, e é essa a proposta desse Governo.

Então, eu acredito que nós temos que discutir aqui, mas nós temos que colocar também para os nossos representantes nas Câmaras Federais, porque eles vão votar isso, e colocar que nós não aceitamos que se mude que é direito conquistado dos trabalhadores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Então, são algumas preocupações que estamos tendo e acredito que temos... São dados que nós temos que trabalhar melhor dentro da nossa política, dentro do nosso Estado.

Por último, um item que acredito que é conceitual, mas que a assistência precisa participar dessa discussão.

Desde 2009, nós temos uma alteração na forma de avaliação da pessoa com deficiência. Nós saímos do modelo biomédico, em que a pessoa com deficiência era vista apenas em suas partes do corpo defeituosas e passamos a ter uma visão diferenciada dessa pessoa com deficiência. Vamos, então, para um modelo biopsicossocial, em que nós passamos a ter o entendimento, isso seguindo todo um protocolo adotado pela Organização Brasileira de Saúde na qual o Brasil foi signatário nesse conceito... E aí nesse conceito biopsicossocial, nós passamos a entender a pessoa com deficiência como um ser, uma pessoa que não é só as funções do corpo que irá interferir na deficiência da pessoa, mas o ambiente, as questões culturais.

Então, hoje, por exemplo, quando uma pessoa vai ser avaliada sobre o benefício de prestação continuada, nós avaliamos fatores ambientais, atividade, participação e funções do corpo.

Porém, nós sabemos que existe uma resistência de uma parte da sociedade em ter uma avaliação biopsicossocial na avaliação da pessoa com deficiência, principalmente da Associação Nacional dos Peritos Médicos. Eles são contrários a essa avaliação, e o Deputado, provavelmente como médico, deve saber que existe essa linha que não aceita a avaliação social dentro da avaliação da pessoa com deficiência, em que essa deficiência muda bastante no formato da avaliação e na forma de acesso.

Antes desse processo de avaliação, nós tínhamos, a cada dez benefícios requeridos, sete indeferidos e três concedidos. Com essa nova formatação de avaliação, em que podemos inserir a avaliação social para a pessoa com deficiência, nós mudamos e passamos a ter em torno de seis a sete deferimentos e de três a quatro indeferimentos. Isso amplia o conceito e amplia a possibilidade de acesso a políticas públicas da pessoa com deficiência, atendendo, inclusive, a lei brasileira de inclusão, que pede esse conceito em todos os programas sociais.

E isso é um modelo que está correndo risco de retroceder, porque a Associação Nacional dos Peritos Médicos não quer aceitar esse modelo. A Associação hoje tem uma grande influência dentro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, do qual hoje o INSS está lá dentro, porque a política de Previdência Social foi toda fatiada. O que é despesa foi para o MDS, o antigo MDS, hoje MDSA, e o que é lucro foi para a Receita Federal. Entenda o que está acontecendo com as políticas de seguridade social, minha gente.

Então, nós temos claramente a “financeirização” da política pública de seguridade social. E nós temos que entender o que isso significa, não só para o cotidiano da assistência, mas para o cotidiano do andamento das políticas públicas prioritárias e que atendem cotidianamente o usuário, o trabalhador, que é a assistência, a previdência e a saúde.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Obrigado pelo seu direcionamento, pelas palavras, Sr.^a Luciana Miyakawa.

Mais alguém da nossa tão distinta plateia que desejar, estamos aqui à disposição, podemos fazer os debates com aqueles que estão na mesa também. Estamos à total disposição.

Neste momento, já procurei fazer diversas anotações para dar os encaminhamentos também. Enquanto nossos ilustres participantes estavam utilizando a fala, nós fomos aqui fazendo os encaminhamentos, porque eu escrevo bastante. Nós fomos tirando os encaminhamentos desta tão distinta Audiência Pública. Quero dizer sobre a minha felicidade e agora aproveito para fazer a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

minha fala verdadeira, porque estávamos naquele momento para ouvir essas pessoas que aqui estão e todos vocês.

Eu que venho de algumas discussões, Luciana, com os peritos, tenho certas discussões - até ríspidas, em alguns momentos -, porque, infelizmente, esse tratamento... O médico não quer reconhecer essa avaliação importante que a assistente social faz, vai até os locais, aos domicílios, coisa que os médicos peritos não fazem, ficam em uma sala fria do INSS. E, às vezes, no interior, nem examinam o paciente. Eles chegam com o atestado do especialista, do médico, olham, dizem sim ou não, recorrem ou não.

Às vezes, eles têm uma conduta não ética ou não adequada com aquele paciente, que tem um sofrimento, principalmente, aquele que vem de um sofrimento psíquico. Vou defender minha praia, mas é a realidade, fazem um julgamento do paciente terrível, que até piora o seu quadro, é essa a realidade. E, como médico, tenho várias discussões nesse sentido e digo que seria o ideal que os peritos pudessem rever essa avaliação.

Nós podemos chegar a um consenso em prol daqueles que necessitam na realidade do benefício, pois ninguém está ali por brincadeira, nem para sofrer o que sofre naquele momento da avaliação, porque tenho muito sentimento em relação a isso.

E agradeço muito à senhora por ter vindo, por ter feito essa fala, que é importantíssima.

Mas nós temos um projeto. Vejam só as discussões que surgiram hoje, como Parlamentar, no meu primeiro mandato, um ano e meio de mandato, cheguei a esta Casa, sou médico no Município de Cáceres, há pouco tempo, estou jovem, tenho 38 anos, apesar da careca, de eu parecer mais velho.

Mas nós vemos que há um projeto, que começa na Carta de Lei de 1988, na Constituição Federal Brasileira. Nós encontramos um projeto que começou com a criação de algo que pudéssemos sair da subordinação do econômico, que o social pudesse se libertar das amarras do poderio econômico que subjugava, tirava a população pobre, vulnerável. Realmente, eram feitas políticas pobres para os pobres e, teoricamente, a Carta Magna, a Constituição vem para libertar. A luta por uma construção de uma sociedade mais justa, solidária, era esse o pensamento há mais de 30 anos, e veja o quanto caminhamos realmente, e é verdade.

Estamos presenciando, neste momento, fomos notando, o desmonte de um trabalho não meu, um trabalho nosso, um trabalho coletivo. Os senhores e as senhoras aqui têm esse tempo de luta ou de trabalho na assistência social, de 20 anos ou até mais. Não é preciso que cada um diga o quanto de tempo tem de trabalho aqui.

Esse trabalho coletivo... O SUAS iniciou essa discussão há mais de 15 anos, há 10 ou 11 anos que ele efetivamente foi elaborado, mas é um trabalho anterior, que eu me lembre, é um trabalho - tenho, acho, 11 anos que sou médico, mais o tempo da faculdade - muito anterior. Sempre convivi muito, sempre fui muito atuante nos hospitais, acompanhei muitos médicos aqui que têm esse mesmo espírito que eu tenho. Nós vemos, na sua implantação em 2005, ou seja, há aproximadamente 10 anos, realmente esse desmonte desse trabalho coletivo que foi feito.

É um retrocesso, retrocesso, sim. Tínhamos que estar aqui discutindo o quê? Qualificação, expansão, valorização, inclusive dos serviços sociais, financeiramente falando, e aqui há um consenso, nós estamos falando o contrário e o Governo Federal... E aqui não é para culpar ninguém, nem para apontamentos, mas é um momento de reconhecer, de reconhecimento para virarmos essa página e ir para cima. Não adianta querer culpar o Governo do Estado, que ampliou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

40% do repasse. É suficiente? Não é. Nós sabemos da vontade que tem o Secretário Valdiney, das conversas que tivemos, de tentar, porque a assistência social é construtora de direitos.

Tenho que reconhecer, por estar na função política hoje, algo que sempre me trouxe muita tristeza em relação aos pares políticos, que é o assistencialismo, que é o paternalismo.

Esta Casa de Leis tem que dar o exemplo, nós não podemos dizer que existe - o pessoal gosta de falar - gordura, sobras... Realmente é uma Casa de Leis cara, é o quadrado mais caro do Estado de Mato Grosso, mas é constitucional, é legal. Não posso aceitar, eu particularmente sou contrário a qualquer investimento. Se há sobra, se há gordura, eu sempre me posiciono que se deva devolver ao Estado com algum programa que traga benefício para a sociedade.

É um absurdo, em momentos de crise, falar em construir um prédio maior. Esse prédio é gigantesco, é mal repartido, é mal elaborado arquitetonicamente, isso é outra discussão. Mas é uma Casa de Leis, uma das maiores que eu conheço pelo Brasil, eu fui a algumas, poucas, e aqui temos um tamanho grande, é imponente.

Então, é uma vergonha os políticos se aproveitarem da vulnerabilidade das pessoas que estão em condições sociais de violência para fazer politicagem. Essa é a realidade! E assim é feito: achar que ia dar o caixaão, que ia dar o dinheiro de gabinete... Em gabinete, a todo o momento têm pedidos. E não é essa a função do Deputado. Confundem isso nos gabinetes e alguns perpetuam esse tipo de ação, atrapalhando o verdadeiro trabalho do legislador, do vereador, como foi dado no exemplo de achar que aquele benefício da casa, ou do Bolsa Família, ou de qualquer outra política pública existente foi o parlamentar que deu, para amarrar, para algemar, para agir com coronelismo, prender o cidadão que, por medo ou por achar que está devendo um favor, vai lá usar o seu voto.

Então, é verdade!

Mas muita gente desta Casa... E tem que ter a sensibilização dos demais Deputados, e tem que ter a mesma coragem ao falar aqui e ao falar no Colégio de Líderes e recusar, dizer não. Se sobra dinheiro, temos que devolver em algum programa específico.

O Secretário Valdiney já me apresentou, no começo deste ano, uma tabela de quanto custaria para equiparmos: equipamentos, reconstrução, veículos... E ele solicitou, se possível, uma conversa entre os Pares, para que, se houvesse, se fosse aplicado nos CRAS, enfim, nas Prefeituras, nos Municípios, para que pudesse fazer um grande programa. Ele tem esse planejamento, essa planilha pronta e tentou sensibilizar os Deputados em algumas conversas isoladamente. E nós torcemos para isso. Realmente, vivenciamos isso e trago isso como testemunho pessoal do Valdiney.

Então, eu trouxe alguns encaminhamentos que surgiram aqui. Primeiro, nós temos que capacitar, fazer o CapacitaSUAS, fazer acontecer, precisamos nos organizar com a SETAS e fazer um esforço para que ocorra, porque a capacitação também sensibiliza o gestor, que vai trazer a sensibilização dos prefeitos e prefeitas municipais.

Sobre a questão do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza Estadual, temos que sentar e discutir melhor.

E, ao final, a nossa proposta: uma reunião conjunta com a Secretaria de Fazenda e com a Secretaria de Planejamento, para convencer e ajudar a SETAS, porque eu sei da sua luta e da necessidade. O Naldo falou que existe sempre esse embate financeiro em relação à assistência social. Acho que é importante nós, Deputados, e toda a sociedade chegarmos ao entendimento melhor possível para termos os repasses dignos para que as políticas públicas aconteçam.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Então, que realmente se possa fazer a gestão das Secretarias de Assistência Social. É como a Thérèse falou, precisa ter gestão e precisa também ter recurso, sem recurso não se faz gestão. Não é?

É preciso esse diálogo entre Município, Estado e União e, conforme solicitação do Secretário Valdiney, com a integração do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, para que eles participem das discussões das políticas de assistência social, para que haja uma pactuação.

Há o pedido de todos do Conselho, dos órgãos, para que haja o cumprimento das leis específicas ao tema. O que tem de solicitação do Conselho do SUAS é que, independentemente de questões político-partidárias, haja o entendimento para o cumprimento das leis específicas que já existem em relação à assistência social.

Aí chegamos ao entendimento - por isso é importante a Audiência Pública, principalmente para quem legisla, para quem faz legislação - e que a Comissão de Saúde e a sua equipe técnica elaborem dois projetos de leis: um para que possamos fazer a regulamentação do cofinanciamento do SUAS no Estado de Mato Grosso, e que isso se torne lei; e, o segundo, uma lei da regulamentação do SUAS no Estado de Mato Grosso, porque não é regulamentado.

Então, primeiramente, são duas leis que partirão desta Casa e rapidamente isso será feito pela Comissão de que sou Presidente. Vamos fazer o trabalho com os nossos Pares para que possamos fazer essas duas leis. Uma delas que regulamentará. O governo já fez uma lei que diferenciou e aumentou o repasse, mas não é regulamentada. Queremos que se torne lei para termos as garantias aqui. E a segunda, já existe uma lei que regulamenta a política pública no Estado de Mato Grosso de assistência social, mas vamos fazer uma regulamentação do Sistema Único da Assistência Social no Estado de Mato Grosso. Acho que aqui começamos a avançar, porque começa a se tornar lei. A partir daí vamos cobrar os direitos.

Acho que esse é o primeiro passo. É o mínimo que eu poderia tirar, rapidamente, da colaboração dos senhores e das senhoras nesta Audiência Pública. Vamos, principalmente, iniciar uma grande discussão. O importante é o que a Sr.^a Luciana nos trouxe: as discussões serem conjuntas. Realmente, os atores têm que estar mais presentes: INSS, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assistência Social. Que isso possa estar mais próximo nessas discussões, sempre afunilando. É muito importante para que a nossa Comissão Permanente também insira mais o INSS nessa discussão, porque ele está ficando, no momento, fora das discussões, bem como o Ministério Público e o Tribunal de Justiça.

Acho que foi isso que eu consegui, na rapidez, anotar. Mas, se houver algum companheiro ou companheira que queira fazer mais algum encaminhamento, depois será produzido um documento e será encaminhado aos demais Deputados, aos órgãos e aos participantes, num pacto, para que possamos dar os próximos passos, principalmente nessa reunião ampliada com os outros atores: Ministério Público e Tribunal de Justiça, para dar os andamentos nos órgãos do Governo.

Com a palavra, o Secretário Valdiney Antônio de Arruda.

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA - Com a sua permissão, Deputado, a proposta de regulamentação do cofinanciamento já está sendo também estudada pela Secretaria. Podemos auxiliar essa sua equipe. Lógico, a tratativa deverá passar por todas as instâncias de deliberação e discussão, como o Conselho e como a CIB, mas, na proposta de regulamentação do SUAS, já cumprimos essa meta e já fizemos uma discussão. A Secretaria de Trabalho do SUAS fez um longo debate, no ano passado inteiro, levando ao conhecimento do Conselho, e hoje temos algumas pendências a ajustar. Aí, talvez, neste momento, a entrada da sua assessoria poderia auxiliar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

o andamento dos trabalhos. E nós nos comprometemos a trabalhar rapidamente para que o projeto de lei possa ser, o quanto antes, terminado e encaminhado, através da Casa Civil, para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Que bom que a SETAS tem dado andamento. Precisamos, sim, de auxílio, que é a junção, a união de forças. Que bom que o Conselho e a própria Secretaria estão caminhando. Só falta vir o projeto de lei para esta Casa de Leis, na realidade, para darmos andamento. A Comissão e eu, como Parlamentar, estamos fazendo um comprometimento aqui para que ande com celeridade, que não fique parado em alguma Comissão. Com certeza, virá para a minha Comissão e, rapidamente, eu farei o Parecer, com certeza, e vamos acompanhar as votações na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Agora com o compromisso ficou mais fácil. Podemos entrar em contato com os técnicos da SETAS para fazermos, em conjunto, os andamentos necessários na questão da regulamentação do SUAS e do cofinanciamento, que já tem um pré-projeto em andamento. Vamos utilizar o conhecimento e o *know-how* que existem na Secretaria Estadual e vamos trazer para a Comissão de Saúde, para apresentarmos projetos de lei pertinentes.

Mais algum encaminhamento, senhores e senhoras?

A SR^a LUCIANA MIYAKAWA - Eu só gostaria de tocar em um último assunto. Eu ouvi o colega falando acerca das crianças vítimas de microcefalia decorrente de zika vírus. E isso é uma problemática que está caindo dentro da política de assistência social. O Governo regulou diversas situações, quer dizer, criou leis, digamos, mas não regulamentou nenhuma, certo? E seria a de acesso a BPC - Benefício de Prestação Continuada, independentemente da renda, da pessoa fazer avaliação da pessoa com deficiência ou não, e que teria validade de três anos. Eu acho que é a Lei 13 mil e alguma coisa... São tantas leis, ultimamente, que eu não estou conseguindo gravar todas.

Então, Deputado, eu acho que tínhamos que fazer uma discussão melhor acerca dessas questões. Nenhuma criança chegou a essa situação porque quis. Existe um descaso governamental nesse processo. Em que uma dengue, que era trazida por um mosquito endêmico - Vossa Excelência, que é médico, sabe disso - que devido ao descaso governamental... E não vou citar se é um Governo "X", "Y" ou "Z", mas isso significa que houve o histórico de descaso governamental e nós chegamos, se eu não me engano, no Estado de Mato Grosso, a em torno de 130 casos confirmados de microcefalia, certo?

E, me digam uma coisa: será que conceder um benefício de prestação continuada por três anos resolverá esse caso? Não! Não resolverá. E eu quero levar para um outro lado. Acredito que a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social poderá discutir, porque temos que pensar num benefício indenizatório, porque isso foi descaso do Estado.

Então, nós temos um grupo trabalhando e pensando nesse aspecto, porque não é um benefício de prestação continuada que durará três anos que resolverá para essa família. Eu acho que três anos servirá, é o que eu falo, é uma coisa grosseira, mas é o real: "Cala a boca. Fica no seu canto, por três anos."

E quando acabar esse benefício? O que será feito dessa criança? E dessa família? Então, eu acredito que a Comissão a qual o senhor está vinculado pode iniciar uma discussão nesse sentido, chamando técnicos da saúde, técnicos da assistência e, se necessário, nós do INSS estamos dispostos a participar dessa discussão. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Por favor, Secretário.

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA - Deputado, quando falamos em regular o cofinanciamento e o financiamento da rede das políticas, nós não queremos regular o que foi pactuado na CIB, mas queremos olhar para ações que acontecem, que não estão sendo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

compensadas como uma ação compensatória para inclusão e empoderamento. Repensar essas ações será necessário.

Nós estamos falando, por exemplo, da microcefalia, é um caso. Mas, nós encontramos diariamente, vocês encontram, diariamente, crianças e adolescentes, em especial, adolescentes abandonados, já na criminalidade, sem ter onde ficar, sem lugar nenhum para ser acolhido, porque o acolhimento não pode, porque tem o problema relacionado ao crime que ela... O conflito com a lei, o município não tem socioeducativo, o regime fechado; não pode ficar em regime aberto, e não vai para regime fechado, porque é muito longe; o juiz mantém o regime aberto e fica aquela celeuma para o CREAS resolver o problema.

E não há como você colocar essa pessoa... Que é o caso por uma qualificação continuada, paga, valorizada, porque senão ela não tem onde ficar, não tem como se manter, e nós não evoluímos para isso, ainda. E vale também para muitas pessoas idosas. Isso vale para a questão indígena. Se vocês lerem a reportagem da *Folha de São Paulo*, deste final de semana, vocês vão entender como a política do Bolsa Família desestruturou muitas famílias indígenas que, por dificuldade de acesso, tiveram que mudar de cidade e na cidade passaram a conviver com a realidade totalmente diferente da realidade que elas precisavam estar.

Então, quando falamos em cofinanciamento, temos que pensar em como vamos encarar os nossos problemas sociais que não foram enfrentados, que não foram encarados, ainda. Quando nós falamos do trabalho infantil, do trabalho precoce, muitas crianças e meninas vão para o trabalho precoce. E para você tirar do trabalho precoce, como é o caso da exploração sexual, se você não ofertar algo para que ela possa ficar e para que a família seja estabelecida financeiramente até que ela seja... Para que ela veja uma nova visão de vida, um novo contexto de vida, uma nova forma de viver, de olhar o mundo, ela volta para a situação, porque financeiramente ela precisa.

Quando nós falamos em cofinanciar serviços e rede de atendimento, Deputado, nós precisamos olhar isso como um todo, que não foi olhado, ainda. O Governo Federal - como eu disse - é rico, não podemos perder esse modelo de implementação de participação que o Governo Federal e o Governo Estadual participaram e vem participando.

Mas, agora, Mato Grosso tem a chance de dar um salto à frente e passar a olhar, nessa conjuntura de esforços, para que tenhamos esse desenvolvimento melhor.

E, partindo dessas primícias, Garrido, concordo com cada um no seu quadrado, mas não é um quadrado, é um redondo. E temos intercessões, e a capacidade nossa, nessa evolução, vai saber onde a intercessão tem que ver, seja na educação, seja na saúde, ou seja na assistência social. Porque, se nós olharmos o que não pertence a nós, podemos perder o momento de saber aonde pertence, em que momento pertence e como nós podemos trabalhar integrado.

Acho que esse é o nosso desafio, nessa proposta de regulamentar, não só a lei do SUAS, que nós queremos, como a lei do cofinanciamento, também.

O SR. PRESIDENTE (DR. LEONARDO) - Perfeito, sabemos dos imensos enfrentamentos que ainda temos, das garantias dos direitos sociais. E por isso foi criada a assistência social, para a garantia de direitos.

Senhores e senhoras, que felicidade, na data de hoje, nesta segunda-feira, tê-los aqui até esse período, quase final do período vespertino. Mas, com certeza, com o coração muito alegre e com andamentos que irão impactar na vida do cidadão. Aqui, nada mais é para a garantia de direitos e melhorias ao cidadão do Estado de Mato Grosso e quiçá, com esses enfrentamentos, possamos dar o exemplo de política pública nacional do que tem que ser feito.

Agradeço imensamente a cada um dos senhores e das senhoras presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A POLÍTICA NACIONAL DO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS
14H.

Declaro encerrada esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;